

MAER - BASE AEREA DE FLORIANOPOLIS - SC

Edital 61/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
61/2025	120073-MAER - BASE AEREA DE FLORIANOPOLIS - SC	RAFAEL RICARDO TASCA	22/10/2025 14:53 (v 0.3)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	26/2025	67272.003944/2025-76

1. DO OBJETO

[PREGÃO ELETRÔNICO]

91026.2025

CONTRATANTE (UASG)

120073 - BASE AÉREA DE FLORIANÓPOLIS

OBJETO

Aquisição de material de consumo ambulatorial e químico, com vistas a atender as necessidades da Base Aérea de Florianópolis (BAFL)

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 374.799,81 (trezentos e setenta e quatro mil, setecentos e noventa e nove reais e oitenta e um centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Critério de Julgamento:

MENOR PREÇO

Modo de disputa:

ABERTO

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO



MINISTÉRIO DA DEFESA

COMANDO DA AERONÁUTICA

BASE AÉREA DE FLORIANÓPOLIS

PREGÃO Nº 91026/2025

(Processo Administrativo nº67272.003944/2025-76)

Torna-se público que a Base Aérea de Florianópolis, por meio da Seção de Licitações e Contratos, sediado a Av. Santos Dumont, S/Nº, Tapera, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é aquisição de material de consumo ambulatorial e químico, com vistas a atender as necessidades da Base Aérea de Florianópolis (BAFL), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.[A1]

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Para todos os itens, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.8. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

3.10. Não poderão disputar esta licitação:

3.10.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.10.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.10.4. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.10.5. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.10.6. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.10.7. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.10.8. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.10.9. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.10.10 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.10.12. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.12. O impedimento de que trata o item 3.10.7 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.13. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.10.5 e 3.10.6 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.14. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.15. O disposto nos itens 3.10.5 e 3.10.6 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.16. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.17. A vedação de que trata o item 3.11 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.[A1]

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.13.2 deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

~~5.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício[A2].~~

5.7 No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

5.7.1. A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

5.8. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.8.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.8.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.[A3]

5.9. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.9.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.9.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.9.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.9.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.9.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.9.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.9.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.9.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.10. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4 ou 5.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.11. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.12. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.13. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.14. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.14.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.14.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.[A4]

5.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.15.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.15.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.[A5] [A6]

5.16. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.14 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.17. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.18. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. **VALOR UNITÁRIO DO ITEM;**

6.1.2. marca;

6.1.3. fabricante;

6.1.4. Quantidade cotada, devendo respeitar o quantitativo máximo, conforme tabela do TR.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante *não* poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil[A2] .

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de

executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.10. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.
[A4]

6.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.12. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

~~6.13. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.~~

6.14. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

~~6.15. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações — CBO.~~

~~6.16. Os custos mínimos relevantes e demais informações referentes aos benefícios trabalhistas encontram-se definidos no Termo de Referência.~~

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário do item**.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo).

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação., ~~sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.~~

7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

~~7.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.~~

~~7.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.~~

~~7.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.~~

~~7.12.3. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.~~

~~7.12.4. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.~~

~~7.12.5. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.~~

~~7.12.6. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.~~

~~7.13. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.[A5]~~

~~7.13.1. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 5º do artigo 25 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.~~

~~7.13.2. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 7.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.~~

~~7.13.3. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.~~

~~7.13.4. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.~~

~~7.13.5. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.~~

~~7.13.6. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.~~

~~7.13.7. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.~~

7.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

~~7.20. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.~~

~~7.20.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.~~

~~7.20.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.~~

7.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à

comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

~~7.21.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015[A6]).~~

~~7.21.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.~~

7.21.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.21.4. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.21.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.21.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.21.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.23. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.23.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.23.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;[A8]

7.23.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme Decreto nº 11.430, de 8 de março de 2023;[A9]

7.23.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024.

7.24. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

~~7.24.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;[A10]~~

7.24.2. empresas brasileiras;

7.24.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.24.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.25. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.26. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

~~7.26.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência. [A13]~~

7.26.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.26.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.26.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.26.5. O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.[A14]

7.26.6. É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.27. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. Sicaf;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>).

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

~~8.5.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.~~

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

~~8.7. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que foram utilizados os seguintes acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:~~

~~8.7.1. [indicar os acordos, dissídios ou convenções coletivas];~~

~~8.8. Os acordos, dissídios ou convenções coletivas indicado(s) no subitem acima não é (são) de utilização obrigatória pelos licitantes, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante/contratado, obedecidos os custos mínimos relevantes fixados pela Administração.~~

8.9 Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.9.1. conter vícios insanáveis;

8.9.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.9.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.9.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.9.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.10. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.11. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

8.11.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.11.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

~~8.12. Em contratação de obras e serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:~~

~~8.12.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, contratação semi-integrada ou contratação integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;~~

~~8.12.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital; [A1]~~

~~8.12.3. No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.~~

8.13. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

~~8.14. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.~~

~~8.14.1. Em se tratando de obras e serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.~~

~~8.14.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual. [A2]~~

~~8.14.3. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;~~

~~8.14.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.~~

~~8.14.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.~~

8.15. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.15.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.15.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.16. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.17. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

~~8.18. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra[A3], o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.~~

~~8.19. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.~~

~~8.20. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.~~

~~8.21. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.~~

~~8.22. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.~~

~~8.23. No caso de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, o licitante deverá entregar junto com sua proposta de preços, os seguintes documentos:~~

~~8.23.1. declaração informando o enquadramento sindical da empresa, a atividade econômica preponderante e a justificativa para adoção do instrumento coletivo do trabalho em que se baseia sua proposta;~~

~~8.23.2. cópia da carta ou registro sindical do sindicato a qual ele declara ser enquadrado, em razão do regramento do enquadramento sindical previsto na CLT ou por força de decisão judicial;~~

~~8.23.3. cópia do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante para a elaboração da planilha de custos e formação de preços que embasam o valor global ofertado; e~~

~~8.23.4. declaração de que se responsabiliza nas situações de ocorrência de erro no enquadramento sindical, ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado ou no qual a empresa não tenha sido representada por órgão de classe de sua categoria, que daí tenha resultado vantagem indevida na fase de julgamento das propostas, sujeitando a contratada às sanções previstas no art. 156, incisos III e IV, da Lei nº 14.133, de 2021;[A4]~~

~~8.24. Na hipótese dos postos de trabalho licitados se distribuírem por território correspondente a mais de uma base sindical da categoria profissional, deverão ser informadas cada uma das normas coletivas utilizadas para o cálculo do custo individual dos postos, a partir da base territorial de cada sindicato.[A5]~~

~~8.25. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.~~

~~8.26. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação concederá o prazo de no mínimo duas horas para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação, na forma da Instrução Normativa nº 73, de 30 de setembro de 2022.~~

~~8.27. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação deve verificar se as previsões do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicados pela Administração estão sendo contempladas na Planilha de Custos e Formação de Preços, em especial, quando o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante for diferente da norma coletiva paradigma utilizada pela Administração.~~

~~8.28. Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador, na hipótese de que o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicado pelo licitante estabelecerem valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado como paradigma.[A6]~~

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1 Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.

9.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4 Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.4.1 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.5 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por meio do sistema, em formato digital.

9.6 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.7 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.8 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

~~9.10 Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.~~

~~9.10.1 O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado [INDICAR FORMA DE AGENDAMENTO], de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.~~

~~9.10.2 Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.[A2]~~

9.11 A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.11.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.12.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.13. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.13.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

9.13.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.14. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.14.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.14.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.15 Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.13.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 02 [duas] horas, para:

9.15.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.15.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.15.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.15.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.16. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.17. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.18. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.13.1.

9.19. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.20. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.21. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de **05** dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

10.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

10.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.7.1. A existência de registro no Cadin [A1] constitui fator impeditivo para a contratação.

~~10.8. Na contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, será exigida da empresa, como condição para assinatura do contrato, a comprovação de capital social integralizado compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º B da Lei nº 6.019/1974. [A2]~~

~~10.8.1. Caso se trate da contratação de serviços de vigilância ou transporte de valores com dedicação exclusiva de mão de obra, a empresa deverá comprovar, como condição para assinatura do contrato, que possui capital social mínimo integralizado de acordo com os valores estipulados no art. 14 da Lei nº 14.967 /2024. [A3]~~

~~10.9 Na contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra para contratos com quantitativo igual ou superior a 25 (vinte e cinco) colaboradores, será exigida da empresa, como condição para assinatura do contrato, a comprovação, nos termos do disposto no art. 6º, caput, inciso XVI, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do emprego de mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica, a partir da indicação do órgão responsável pela política pública, em percentual igual ou superior a 8% (oito por cento) das vagas.~~

OU

~~10.10 Considerando que a presente contratação possui quantitativo inferior a vinte e cinco colaboradores, será exigida da empresa, como condição para assinatura do contrato, a comprovação, nos termos do disposto no art. 6º, caput, inciso XVI, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do emprego de mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica, a partir da indicação do órgão responsável pela política pública, no percentual de XX %.[A4]~~

~~10.11. Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto, o licitante vencedor deverá apresentar programa de integridade, no prazo de 6 (seis) meses, contado da celebração do contrato, conforme Decreto nº 12.304, de 9 de dezembro de 2024.[A5]~~

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

11.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

11.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item (ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.8.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.[A2]

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://apl1.sti.fab.mil.br/epags/>.

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

14.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.3.3. impedimento de licitar e contratar e

14.3.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial. [A2]

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.[A3]

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir. [A4]

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.[A5]

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

14.16 A aplicação das sanções administrativas no âmbito do Comando da Aeronáutica (COMAER) obedece às dosimetrias dispostas na Portaria GABAER nº 623/GC4, de 20 de novembro de 2023. A Portaria em questão consta no Anexo V deste Edital.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail **baflpregoeiro@gmail.com**.

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.[A2]

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br.

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. Anexo I - Termo de Referência;

16.11.1.1. Apêndice I do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

16.11.1.2. Apêndice II do Anexo I - Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato;

16.11.1.3. Apêndice III do Anexo I - Termo de Ciência e concordância;

16.11.2. Anexo II – Minuta de Ata de Registro de Preços;;

16.11.3. Anexo III – Modelo da Nota de Empenho;

16.11.4. Anexo IV – PORTARIA GABAER Nº 623 GC4, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2023.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

GRAZIELLE DE OLIVEIRA GRANDO

JOAO PAULO GOMEZ LIMA DA SILVA

Autoridade competente

MAER - BASE AEREA DE FLORIANOPOLIS - SC

Termo de Referência 162/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
162/2025	120073-MAER - BASE AEREA DE FLORIANOPOLIS - SC	MARCIA GOMES PACHECO DA PAZ	24/10/2025 11:04 (v 1.11)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	26/2025	67272.003944/2025-76

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de material de consumo ambulatorial e químico, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Descrição Do Material	Siasg	Quant. Min	Quant. Max.	Unidade	Mediana	VALOR TOTAL
1	Abaixador Língua, Material Madeira, Tipo Descartável, Comprimento 14, Formato Convencional, Largura 1,50cm, Espessura 0,05. Pacote Com 100 Unidades.	423465	5	100	PK	R\$ 7,67	R\$ 767,00
2	Água Oxigenada, Tipo 10 Volumes. Frasco De 1000 Ml.	277319	5	50	Fr	R\$ 7,01	R\$ 350,50
3	Agulha Descartável, Material Tubo Aço Inoxidável, Nº 25 X 6, (23gx1), Aplicação C/ Protetor Plástico, Ident. Cor Universal, Tipo Hipodérmica, Tipo Bisel 6,82curto, Trifacetado, Com Paredes Finas, Esterilidade Estéril, Descartável, Atóxica, Siliconizada. Caixa Com 100 Unidades.	439809	2	10	Cx	R\$ 9,90	R\$ 99,00
4	Agulha Descartável, Material Tubo Aço Inoxidável, Nº 25 X 7, (22gx1), Aplicação C/ Protetor Plástico, Ident. Cor Universal, Tipo Hipodérmica, Tipo Bisel Curto, Trifacetado, Com Paredes Finas, Esterilidade Estéril, Descartável, Atóxica, Siliconizada. Caixa Com 100 Unidades.	439807	5	100	Cx	R\$ 13,00	R\$ 1.300,00

	Sofra Desfiamento. Medida: 20cm X 1,8m Em Repouso E 4,5m Esticado.						
19	Atadura De Algodão Tipo Crepom: Algodão Cru - Mínino 90%, Fios De Alta Torção, Com Densidade De 13 Fios/Cm2 A 18 Fios/Cm2, Possuindo Bastante Elasticidade No Sentido Longitudinal E Que Não Sofra Desfiamento. Medida: 6cm X 1,80m Em Repouso E 3,0m Esticado.	628385	10	300	Ro	R\$ 4,49	R\$ 1.347,00
20	Avental Cirúrgico Estéril: 100% Polipropileno - Smms, Com Dupla Embalagem. Punho De Malha 100% Algodão. Dobra Asséptica. Unitário.	616039	30	1500	Un	R\$ 15,40	R\$ 23.100,00
21	Avental Hospitalar, Material: Polipropileno, Gramatura: Cerca De 40 G, Cm2, Componente: Tiras Para Fixação, Característica Adicional: Manga Longa, Punho Elástico, Impermeável, Esterilidade : Uso Único	473405	750	1500	Un	R\$ 16,30	R\$ 24.450,00
22	Avental Hospitalar Impermeável, Manga Longa, Material Sms, Gramatura Cerca De 50 G/Cm2, Com Tiras Para Fixação, Punho De Malha, Impermeável, Esterilidade Uso Único, Com Barreira Bacteriana E Viral. Tamanho G.	604939	3	20	Un	R\$ 10,65	R\$ 213,00
23	Avental, Material: Plástico Polietileno, Modelo: Unissex, Características Adicionais: Mangas Longas, Com Cinto Ou Amarrilhos, Descartável, Tamanho: Único, Transmitância: Transparente	422231	200	500	Un	R\$ 6,00	R\$ 3.000,00
24	Bandagem Anti-Séptica Para Estancamento De Sangue Após A Coleta, Composição De Poliéster Com Algodão Natural De 80 G. Papel Siliconado De 60 G, Estéril De Uso Único. Embalado Em Caixa Com 500 Unidades.	483363	4	10000	Cx	R\$ 0,05	R\$ 500,00
25	Campo Operatório Fenestrado: Tipo Esterilizado, Comprimento 50 X 50 X 8cm, Textura Fenestrado, Gramatura 30, Características Adicionais: Descartável.	607212	10	100	Un	R\$ 5,85	R\$ 585,00
26	Canula/Tubo Endotraqueal, Em Pvc Com Silicone Atóxico (Termosensível), Descartável, Com Conector Semi-Montado, Extremidade Atraumática Retraída, Estéril. Tubo Com Curvatura Anatômica, Translúcido, Radiopaco, Demarcado De 2 Em 2 Cm Com Paredes Finas E Lisas Possibilitando A Passagem De Sondas Aspirativas, Balão Piloto Transparente Com Paredes Finas Para Selagem Efetiva, Identificação Do Tamanho Do Tubo E Numero Do Lote Impressos, Válvula De Segurança, Conexão Luer Distal De Fácil Adaptação, Tubo De Insuflação Resistente A Dobras, Cuff De Baixa Pressão, Atraumática, Olho De Murphy, Esterilizado Em Oxido De Etileno, Para Intubação Oral E Nasal. Embalagem Individual. Medida: 4 Mm.	451429	2	5	Un	R\$ 4,50	R\$ 22,50
27	Canula/Tubo Endotraqueal, Em Pvc Com Silicone Atóxico (Termosensível), Descartável, Com Conector Semi-Montado, Extremidade Atraumática Retraída, Estéril. Tubo Com Curvatura Anatômica, Translúcido, Radiopaco, Demarcado De 2 Em 2 Cm Com Paredes Finas E Lisas Possibilitando A Passagem De Sondas Aspirativas, Balão Piloto Transparente Com Paredes Finas Para Selagem Efetiva, Identificação Do Tamanho Do Tubo E Numero Do Lote Impressos, Válvula De Segurança, Conexão Luer Distal De Fácil Adaptação, Tubo De Insuflação Resistente A Dobras, Cuff De Baixa Pressão, Atraumática, Olho De Murphy, Esterilizado Em Oxido De Etileno, Para Intubação Oral E Nasal. Embalagem Individual. Medida: 5 Mm.	451427	2	5	Un	R\$ 5,78	R\$ 28,90
28	Canula/Tubo Endotraqueal, Em Pvc Com Silicone Atóxico (Termosensível), Descartável, Com Conector Semi-Montado, Extremidade Atraumática Retraída, Estéril. Tubo Com Curvatura Anatômica, Translúcido, Radiopaco, Demarcado De 2 Em 2 Cm Com Paredes Finas E Lisas Possibilitando A Passagem De Sondas Aspirativas, Balão Piloto Transparente Com Paredes Finas Para Selagem Efetiva, Identificação Do Tamanho Do Tubo E Numero Do Lote Impressos, Válvula De Segurança, Conexão Luer Distal De Fácil Adaptação, Tubo De Insuflação Resistente A Dobras, Cuff De Baixa Pressão, Atraumática, Olho De Murphy, Esterilizado Em Oxido De Etileno, Para Intubação Oral E Nasal. Embalagem Individual. Medida: 7 Mm.	467658	2	5	Un	R\$ 8,50	R\$ 42,50
	Canula/Tubo Endotraqueal, Em Pvc Com Silicone Atóxico						

29	(Termosensível), Descartável, Com Conector Semi-Montado, Extremidade Atraumática Retraída, Estéril. Tubo Com Curvatura Anatômica, Translúcido, Radiopaco, Demarcado De 2 Em 2 Cm Com Paredes Finas E Lisas Possibilitando A Passagem De Sondas Aspirativas, Balão Piloto Transparente Com Paredes Finas Para Selagem Efetiva, Identificação Do Tamanho Do Tubo E Numero Do Lote Impressos, Válvula De Segurança, Conexão Luer Distal De Fácil Adaptação, Tubo De Insuflação Resistente A Dobras, Cuff De Baixa Pressão, Atraumática, Olho De Murphy, Esterilizado Em Oxido De Etileno, Para Intubação Oral E Nasal. Embalagem Individual. Medida: 7,5 Mm.	451314	4	5	Un	R\$ 5,25	R\$ 26,25
30	Canula/Tubo Endotraqueal, Em Pvc Com Silicone Atóxico (Termosensível), Descartável, Com Conector Semi-Montado, Extremidade Atraumática Retraída, Estéril. Tubo Com Curvatura Anatômica, Translúcido, Radiopaco, Demarcado De 2 Em 2 Cm Com Paredes Finas E Lisas Possibilitando A Passagem De Sondas Aspirativas, Balão Piloto Transparente Com Paredes Finas Para Selagem Efetiva, Identificação Do Tamanho Do Tubo E Numero Do Lote Impressos, Válvula De Segurança, Conexão Luer Distal De Fácil Adaptação, Tubo De Insuflação Resistente A Dobras, Cuff De Baixa Pressão, Atraumática, Olho De Murphy, Esterilizado Em Oxido De Etileno, Para Intubação Oral E Nasal. Embalagem Individual. Medida: 8 Mm.	451327	2	5	Un	R\$ 8,50	R\$ 42,50
31	Cateter Duplo-Lúmen Acesso Venoso Central : Cateter Em Poliuretano, Termo-Sensível, Biocompatível, Ponta Macia E Flexível, Duplo-Lúmen. Fio Guia Metálico Graduado, A Prova De Dobras, Com Ponta Em J E Dispositivo Para A Progressão Do Fio Guia. Seringa Com Embolo Vazado E Valvulado Para A Passagem Interna Do Fio Guia Sem Desconexão Da Agulha. Clamps Extras Com Alertas De Fixação. Látex Free, Atóxico, Descartável, Esterilizado Em Oxido De Etileno.	465679	2	5	Un	R\$ 176,00	R\$ 880,00
32	Cateter, Oxigenio, Tipo Oculos, Dispositivo Para Instalação De Oxigênio: Cateter Oxigenoterapia, Material Tubo Plástico Atóxico, Tipo Siliconado, Tipo Uso Descartável, Esterilidade Estéril, Características Adicionais Embalagem Individual. Tamanhos: Adulto	621757	3	50	Un	R\$ 1,60	R\$ 80,00
33	Cateter, Oxigenio, Tipo Oculos, Dispositivo Para Instalação De Oxigênio: Cateter Oxigenoterapia, Material Tubo Plástico Atóxico, Tipo Siliconado, Tipo Uso Descartável, Esterilidade Estéril, Características Adicionais Embalagem Individual. Tamanhos: Infantil	621758	3	40	Un	R\$ 1,69	R\$ 67,60
34	Cateter Intravenoso Periférico: Em Teflon 100 Com 10% De Sulfato De Bário, Hexano E Silicone, Com Mandril Siliconizado E Bisel Trifacetado. Cânula Em Fluoroetilenopropileno (Fep), Para Maior Conforto Do Paciente. Provido De Dispositivo De Segurança Que Cobre O Bisel Da Agulha, Introdutor De Segurança E Protetor De Agulha - Polipropileno, Policarbonato, Aço Inoxidável. Estéril (Esterilizado Por Óxido De Etileno). Apirogênico E Radiopaco. Possui Filtro, O Que Reduz A Pressão Interna Da Câmara, Que Deve Ser Transparente, O Que Permite A Visualização Do Sangue No Exato Momento Da Punção. Livre De Látex E Descartável. Validade De 5 Anos Após A Data De Fabricação /Esterilização. Fluxo: 305 Ml / Min. Tamanho: 18g (Cor Verde).	438249	20	300	Un	R\$ 1,96	R\$ 588,00
35	Cateter Intravenoso Periférico: Em Teflon 100 Com 10% De Sulfato De Bário, Hexano E Silicone, Com Mandril Siliconizado E Bisel Trifacetado. Cânula Em Fluoroetilenopropileno (Fep), Para Maior Conforto Do Paciente. Provido De Dispositivo De Segurança Que Cobre O Bisel Da Agulha, Introdutor De Segurança E Protetor De Agulha - Polipropileno, Policarbonato, Aço Inoxidável. Estéril (Esterilizado Por Óxido De Etileno). Apirogênico E Radiopaco. Possui Filtro, O Que Reduz A Pressão Interna Da Câmara, Que Deve Ser Transparente, O Que Permite A Visualização Do Sangue No Exato Momento Da Punção. Livre De Látex E Descartável. Validade De 5 Anos Após A Data De Fabricação /Esterilização. Fluxo: 305 Ml / Min. Tamanho: 20g (Cor Rosa).	625221	20	700	Un	R\$ 1,73	R\$ 1.211,00
36	Cateter Intravenoso Periférico: Em Teflon 100 Com 10% De Sulfato De Bário, Hexano E Silicone, Com Mandril Siliconizado E Bisel Trifacetado. Cânula Em Fluoroetilenopropileno (Fep), Para Maior Conforto Do Paciente. Provido De Dispositivo De Segurança Que Cobre O Bisel Da Agulha, Introdutor De Segurança E Protetor De Agulha - Polipropileno, Policarbonato, Aço Inoxidável. Estéril (Esterilizado Por Óxido De	438244	20	700	Un	R\$ 1,85	R\$ 1.295,00

	Etileno). Apirogênico E Radiopaco. Possua Filtro, O Que Reduz A Pressão Interna Da Câmara, Que Deve Ser Transparente, O Que Permite A Visualização Do Sangue No Exato Momento Da Punção. Livre De Látex E Descartável. Fluxo: 305 ML / Min. Tamanho: 22g (Cor Azul).						
37	Cateter Intravenoso Periférico; Em Teflon 100 Com 10% De Sulfato De Bário, Hexano E Silicone, Com Mandril Siliconizado E Bisel Trifacetado. Cânula Em Fluoroetilenopropileno (Fep), Para Maior Conforto Do Paciente. Provido De Dispositivo De Segurança Que Cobre O Bisel Da Agulha, Introdutor De Segurança E Protetor De Agulha - Polipropileno, Policarbonato, Aço Inoxidável. Estéril (Esterilizado Por Óxido De Etileno). Apirogênico E Radiopaco. Possua Filtro, O Que Reduz A Pressão Interna Da Câmara, Que Deve Ser Transparente, O Que Permite A Visualização Do Sangue No Exato Momento Da Punção. Livre De Látex E Descartável. Fluxo: 305 ML / Min. Tamanho: 24g (Cor Amarela).	445301	10	400	Un	R\$ 1,82	R\$ 728,00
38	Clorexidina Digliconato Solução Alcoólica 0,5% - Para Preparo Do Campo Operatório E Para Antissepsia Da Pele. Frasco Com 1000 mL.	269878	5	24	Fr	R\$ 21,00	R\$ 504,00
39	Clorexidina Digliconato Solução Aquosa 2%. Frasco Com 100 ML.	444051		15	Fr	R\$ 4,08	R\$ 61,20
40	Clorexidina Degermante, Escova/Esponja, 2%. Escova Dupla Face Para Antissepsia Das Mãos E Antebraços, Uso Único, Composta Por Corpo Plástico Flexível Dotado De Cerdas Macias Capaz De Favorecer A Limpeza Da Pele Sem Causar Abrasão, E De Esponja De Poliuretano Uniformemente Impregnada Com Solução De Digliconato De Clorexidina 2% Com Tensoativos, Indicada Como Antisséptico Tópico.	620165	10	30	Un	R\$ 3,52	R\$ 105,60
41	Clorexidina Digliconato 2% - Degermante: Antisséptico Tópico. Frasco Com 100 ML.	269876	5	24	Fr	R\$ 4,99	R\$ 119,76
42	Coletor De Urina, Material : Pvc, Tipo : Sistema Fechado, Capacidade Cerca De 2000 ML, Graduação De 100 Em 100 ML, Com Válvula Anti-Refluxo, Pinça De Clamp Corta Fluxo, Filtro Hidrofóbico,Bacteriológico, Características Adicionais : Câmara Pasteur Flexível, Componentes: P, Fixação Perna, Membrana Autocicatrizante, Estéril, Descartável.	432133	10	40	Un	R\$ 8,00	R\$ 320,00
43	Coletor, Conjunto Drenagem De Tórax Com Frasco Em Pvc Cristal Rígido, Graduado A Cada 50ml, Com Capacidade De 1000ml, Tampa Rosca Total Para Drenagem Ate 3 Vias. Clamp Para Interromper A Extensão Preferencialmente Em Pvc Cristal Com 1,20m, Pinça Corta-Fluxo, Mola Plástica, Selo D`Água, Conector Escalonado E Alça Para Transporte E Fixação. Atóxico, Descartável, Esterilizado Em Oxido De Etileno.	619345	2	10	Un	R\$ 29,10	R\$ 291,00
44	Coletor Material Perfurante – Cortante, Com Extrator De Agulha, Material Papelão, Capacidade Total 13 Litros, Acessórios Alças Rígidas E Tampa, Componentes Adicionais Revestimento Interno Em Polietileno Alta Densidade, Descartável.	623118	5	80	Un	R\$ 10,09	R\$ 807,20
45	Coletor De Materiais Perfuro Cortante - Constituído Para Descartar Materiais Que Cortam Ou Perfuram, Provenientes Das Ações De Atenção A Saúde, Com Carga Potencialmente Infectante. Fabricado Em Papelão Ondulado; Obrigatório O Desconector De Agulha. Trava De Segurança. Descartável E De Uso Único. Na Cor Amarela. O Kit Deve Conter: Sacola Plástica Amarela; Fundo Rígido; Cinta Lateral; Bandeja Interna; Coletor Em Papelão Amarelo Com Trava De Segurança. Tamanho: 1,5l. Individual	623116	3	15	Un	R\$ 3,34	R\$ 50,10
46	Coletor Material Perfurante - Cortante, Com Extrator De Agulha, Material Papelão, Capacidade Total 7 Litros, Acessórios Alças Rígidas, Tampa E Extrator De Agulha, Componentes Adicionais Revestimento Interno Em Polietileno Alta Densidade, Descartável.	623108	10	250	Un	R\$ 5,28	R\$ 1.320,00

47	Coletor De Urina Infantil, Estéril, Unissex, Com Furo Oval, Fita Adesiva Dupla Face, Hipoalérgica, Resistente E Que Não Desprende Do Conjunto. Composto Por Saco Com Comprimento De 17 Cm E Largura De 10 Cm, Com Um Furo Pré-Cortado E Com Película Protetora Não Aderente E Destacável. Confeccionadas Em Polietileno De Baixa Densidade, Transparente, Atóxico E Maleável Com Capacidade Para 100ml; Com Selagem De Alta Resistência Nas Bordas Assegurando A Integridade Do Saco Para Que Não Provoquem Lesão Ao Paciente Ou Vazamento.	619195	10	100	Un	R\$ 0,55	R\$ 55,00
48	Compressa Cirúrgica - Campo Operatório: Fios 100% Algodão. A Compressa Deve Resultar Do Entrelaçamento Das Quatro Camadas Do Tecido Que A Compõem Para Evitar O Deslizamento Entre As Mesmas, Deve Possuir Um Cadarço Em Forma De Alça, Não Soltar Fiapo, Possuir Alta Capacidade De Retenção De Líquido, Não Sofra Desfiamento. Tamanho: 45cm X 50cm. 38g. Pacote Com 50 Unidades.	623083	10	150	Pk	R\$ 66,50	R\$ 9.975,00
49	Compressa De Gaze Hidrófila Com Fios 100% Algodão Em Tecido Tipo Tela, Com Oito Camadas E Cinco Dobras, Com Dimensão De 7,5 X 7,5 Cm Quando Fechadas E 15 X 30 Cm Quando Abertas. Com 13 Fios Por Cm2 E Com Fio Radiopaco. Que Sejam Alvejadas, Purificadas E Isentas De Impurezas, Substâncias Gordurosas, Amido, Corantes Corretivos, Alvejantes Ópticos. Sejam Dobradas Para Dentro Em Toda A Sua Extensão Para Evitar O Desfiamento. Embalagem Com 465 A 485g. Pacote Com 500 Unidades.	628242	20	400	Pk	R\$ 59,00	R\$ 23.600,00
50	Cotonete, Haste Flexível, Material Haste Plástico, Tipo Haste Com Ranhuras, Material Ponta Algodão, Características Adicionais Com 2 Pontas (Cotonete); Caixa Com 75 Unidades.	481317	2	30	Cx	R\$ 2,91	R\$ 87,30
51	curativo de alginato de calcio com prata 10x10	484862	5	20	Un	R\$ 32,50	R\$ 650,00
52	Curativo Hidrocolóide 10X10 Estéril	484845	5	20	Un	R\$ 9,68	R\$ 193,60
53	Desinfetante Contendo Composição Equilibrada De Phmb (Mínimo 3%) E Cloreto De Alquildimetilbenzil Amônio (Máximo 6%) Devendo O Produto Estar De Acordo Com A Anvisa/Rdc Nº 14 De 28.02.2007 E Rdc Nº 35 De 16.08.2010. O Produto Deverá Apresentar Diluição De Uso Entre 0,5% (5ml / Litro) A 2% (20 Ml / Litro). O Produto Deve Apresentar Laudos De Atividade Antimicrobiana Emitidos Por Laboratórios Reblas/Anvisa-Ms Comprovando, Entre Outros, Atividade Tuberculicida Pelo Teste Confirmatório Entre 5 A 10 Minutos De Contato, Através Da Eliminação De Mycobacterium Bovis, Conforme Rdc Nº 35 De 16.08.2010 – Anvisa/Ms Na Metodologia Oficial Referência: Aoac 19ª Ed./2012 – Método 965.12 Para Micobactéria (Ação Tuberculicida). Bombona De 1 A 5 Litros. O Produto Deve Possuir Sistema Eletrônico Gerador De Produto Pronto Uso, Microcontrolado, Com Precisão De Dosagem Independente Da Variação De Pressão De Entrada Da Água E Volume De Produto Gerado Para Uso. Deve Possuir Ainda Ponteira Inteligente Com Desligamento Automático Para Preenchimento De Frascos Aplicadores Ou Recipientes De Grande Volume. Certificado De Calibração Com Rastreabilidade Rbc-Inmetro, Garantindo Concentrações De Uso Precisas Para Uso Do Desinfetante Conforme Aprovado E Registrado Pela Anvisa-Ms. Apresentar Juntamente Com A Proposta Afe (Autorização De Funcionamento Da Empresa Junto A Anvisa), Fispq (Ficha De Informação De Segurança De Produtos Químicos), Ficha Técnica, Registro Na Anvisa Do Produto, E Laudos De Eficácia Frente A Multirresistentes, Irritação Cutânea E Ocular.	479541	1	2	Lt	R\$ 8,49	R\$ 16,98
	Detergente, Tipo: Multienzimático, Com No Mínimo 4 Enzimas. Composição: Amilase, Protease, Carboidrase E Lipase; Contendo Tensoativo Não Iônico, Ph Neutro, Não Espumante E Não Deixar Resíduos Nem Odor. Que Degrada Os Contaminantes De Forma Rápida, Por Contato, Em Até 5 Minutos. Para Ser Usado Em Água Ambiente Ou						

54	Aquecida; Que Seja Possível Usar Em Lavagem Manual Ou Automatizada. Apresentar A Proposta Com: Lauto De Biodegradabilidade, Emitidos Por Laboratórios Pertencentes À Rede Reblas, Devidamente Habilitados Para Os Testes; Registro Na Anvisa. Apresentação: Com Selo Metálico De Inviolabilidade E Rótulo De Acordo Com As Exigências Da Anvisa. O Julgamento Do Item Será Pelo Menor Preço Do Litro Diluído. Os Proponentes Deverão Informar A Quantidade De Litros Diluídos Que Sua Solução Pode Gerar Segundo Instruções De Rótulo. Apresentar Cópia Do Rótulo Do Produto Legível. Validade Mínima De 2 Anos. Apresentação De 5 Litros.	476022	2	60	Fr	R\$ 98,99	R\$ 5.939,40
55	Dispositivo Para Instalação De Oxigênio: Cateter Oxigenoterapia, Material Tubo Plástico Atóxico, Tipo Siliconado, Tipo Uso Descartável, Esterilidade Estéril, Características Adicionais Embalagem Individual. Tamanhos: Adulto	621737	10	50	Un	R\$ 1,30	R\$ 65,00
56	Eletrodo, Eletrocardiograma, Tamanho Adulto, Descartável, Com Gel Sólido, Atóxico E Hipoalergênico, Aplicação Monitorização Cardíaca.	482369	10	5000	Un	R\$ 0,70	R\$ 3.500,00
57	Eletrodo quadrado auto-adesivo para tens. Tamanho 5x5. Com 4 (QUATRO) eletrodos	461299	4	200	PCT	R\$ 27,99	R\$ 5.598,00
58	Eletrodo redondo auto-adesivo para tens. Tamanho 3x3. Com 4 (QUATRO) eletrodos	461307	4	50	PCT	R\$ 17,64	R\$ 882,00
59	Eletrodo retangular auto-adesivo para tens. Tamanho 10x5. Com 4 (QUATRO) eletrodos	461308	4	150	PCT	R\$ 29,99	R\$ 4.498,50
60	Embalagem, Esterilização, Papel Grau Cirúrgico, Filme Laminado De Poliéster, Adesivo, Polipropileno, Tinta Atóxica E Indicadores De Processo (Método E.T.O E Vapor). Tubular, Medidas: 15cmx100m; Apresentação Em Rolo. Validade: 24 Meses.	616526	5	30	Ro	R\$ 82,00	R\$ 2.460,00
61	Embalagem, Esterilização, Papel Grau Cirúrgico, Filme Laminado De Poliéster, Adesivo, Polipropileno, Tinta Atóxica E Indicadores De Processo (Método E.T.O E Vapor). Tubular, Medidas: 20cmx100m; Apresentação Em Rolo. Validade: 24 Meses.	442483	5	30	Ro	R\$ 135,00	R\$ 4.050,00
62	Embalagem, Esterilização, Papel Grau Cirúrgico, Filme Laminado De Poliéster, Adesivo, Polipropileno, Tinta Atóxica E Indicadores De Processo (Método E.T.O E Vapor). Tubular, Medidas: 30cmx100m; Apresentação Em Rolo. Validade: 24 Meses.	442485	2	30	Un	R\$ 180,00	R\$ 5.400,00
63	Embalagem, Sms 100% Polipropileno, 75x75cm, 45g, Para Esterilização De Produtos Cirúrgicos.	452026	40	800	Un	R\$ 1,92	R\$ 1.536,00
64	Equipo De Infusão Endovenosa Gravitacional: Ponta Perfurante Padrão Iso. Câmara Gotejadora Com Padrão Macro Gotas (20 Gotas/ Minuto). Filtro De Partículas De 15 Mm. Filtro Air Stop: Impede Passagem De Ar Ao Término Da Infusão Da Solução Gravitacional. Entrada De Ar Com Filtro De 0,22µm. Tubo De Pvc Transparente. Regulador De Fluxo Tipo Pinça Roleta. Injetor Lateral Com Membrana Auto-Cicatrizante. Látex Free. Conector Spin Lock Com O Paciente, Com Prime Stop: Permite Realização Do Priming Sem A Desconexão Do Protetor Do Cone. Esterilizado Em Óxido De Etileno.	616945	100	1000	Un	R\$ 2,30	R\$ 2.300,00
65	EQUIPO SORO, APLICAÇÃO INTERMEDIÁRIO PARA INFUSÃO SIMULTÂNEA - 2 VIAS, MATERIAL PVC, COR INCOLOR, TIPO USO DESCARTÁVEL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS PINÇA CORTA FLUXO EM TODAS AS VIAS/CONECTOR LUER/, ESTERILIDADE	466646	50	300	Un	R\$ 2,00	R\$ 600,00

66	Escalpe, Material Tubo Pvc Cristal Flexível, Tratamento Superficial Asas Leves, Flexíveis, Conector Luer Cônico Rígido, Calibre Nº 19g, Tipo Cânula Inox, Silicone, Atraumática, Parede Fina, Estéril, Descartável, Bisel Trifacetado, Tampa Protetora, Bainha Proteção, Acessórios Componentes Soldados, Cor Universal.	437168	20	500	Un	R\$ 0,54	R\$ 270,00
67	Escalpe, Material Tubo Pvc 7 Comprimento, Siliconizado, Tratamento Superficial Asas Flexíveis, Calibre 21g, Tipo Coleta Sangue Vácuo, Adaptador Luer Coleta Múltipla, Estéril, Descartável, Características Adicionais Bisel Trifacetado, Trava Segurança Inutiliza Agulha.	437173	20	500	Un	R\$ 0,96	R\$ 480,00
68	Escalpe, Material Tubo Pvc Cristal Flexível, Tratamento Superficial Asas Leves, Flexíveis, Conector Luer Cônico Rígido, Calibre Nº 23g, Tipo Cânula Inox, Silicone, Atraumática, Parede Fina, Estéril, Descartável, Características Adicionais Bisel Trifacetado, Tampa Protetora, Bainha Proteção, Acessórios Componentes Soldados, Cor Universal.	437174	20	500	Un	R\$ 1,28	R\$ 640,00
69	Escalpe, Material Tubo Pvc Cristal Flexível, Tratamento Superficial Asas Leves, Flexíveis, Conector Luer Cônico Rígido, Calibre Nº 25g, Tipo Cânula Inox, Silicone, Atraumática, Parede Fina, Estéril, Descartável, Bisel Trifacetado, Tampa Protetora, Bainha Proteção, Acessórios Componentes Soldados, Cor Universal.	437172	20	500	Un	R\$ 2,39	R\$ 1.195,00
70	Escova Com Cerdas Em Nylon, Cabo Antiderrapante, Para Limpeza De Instrumentais Cirúrgicos. Comprimento Aproximado: 17,5cm.	419533	5	100	Un	R\$ 15,40	R\$ 1.540,00
71	Escova, Lavagem De Material, Tamanho Médio, Com Cerdas Plásticas, Base Plástica Com Encaixe Para Os Dedos.	481977	10	50	Un	R\$ 19,28	R\$ 964,00
72	Espaçador De Aerossol – Espaçador Para Broncodilatador, Tipo:Encaixe Universal, Bocal Com Válvula Unidirecional, Características Adicionais: Reservatório Rígido Translúcido, Modelo: Máscara Pvc	362097	1	10	Un	R\$ 36,00	R\$ 360,00
73	Esparadrapo Impermeável De Tecido 100% Algodão Com Resina Acrílica Impermeabilizante, Com Massa Adesiva À Base De Borracha Natural, Óxido De Zinco E Resina. Fácil De Rasgar E De Excelente Flexibilidade. Cor Branca. Medida 50mm De Largura, Rolo De 4,5 M.	437862	10	200	Ro	R\$ 11,00	R\$ 2.200,00
74	Esparadrapo Impermeável De Tecido 100% Algodão Com Resina Acrílica Impermeabilizante, Com Massa Adesiva À Base De Borracha Natural, Óxido De Zinco E Resina. Fácil De Rasgar E De Excelente Flexibilidade. Cor Branca. Medida 100 Mm De Largura, Rolo De 4,5 M.	446603	10	100	Ro	R\$ 15,00	R\$ 1.500,00
75	Esponja Limpeza Abrasiva, Material Espuma E Fibra Sintética, Formato Retangular, Abrasividade Alta, Características Adicionais Dupla Face, Comprimento Mínimo 110 Mm, Largura Mínima 75 Mm, Espessura Mínima 20 Mm	385187	10	200	Un	R\$ 2,99	R\$ 598,00
76	Fio Sutura, Material Mononylon, Tipo 3-0, Cor Preto, Com 45cm, Com Uma Agulha 20 Mm 3/8, Tipo Triangular. Estéril.	487448	10	150	Un	R\$ 2,16	R\$ 324,00
77	Fio Sutura, Material Catgut Simples, Tipo 4-0, Comprimento Mínimo De 70 Cm, C/ Agulha, Tipo 1/2 Circulo, Cilindrica, Comprimento De 20mm, Estéril.	486948	10	150	Un	R\$ 5,53	R\$ 829,50
78	Fio Sutura, Material Mononylon, Tipo Fio 4-0, Cor Preto, Características Adicionais Com Agulha, Tipo De Agulha 1/2 Circular, Com Corte Reverso E 17mm De Espessura Comprimento Do Fio 45 Cm.	487433	10	150	Un	R\$ 3,54	R\$ 531,00
79	Fio Sutura, Material Mononylon, Tipo Fio 5-0, Cor Preto, Com 45 Cm, Com Agulha Triangular 20 Mm 3/8. Estéril.	487419	10	150	Un	R\$ 3,27	R\$ 490,50
80	Fio De Sutura, Nylon Monofilamento, 5-0, Preto, 45cm, Com Agulha 3/8 Circulo Cortante, 2,0cm Estéril.	603564	10	150	Un	R\$ 4,04	R\$ 606,00

81	FIO DE SUTURA, NYLON, PRETO, FIO 6-0, 45CM, AGULHA 1/2 CIRCULO TRIANGULAR 1,7CM	487408	24	288	Un	R\$ 3,21	R\$ 924,48
82	FIO DE SUTURA, NYLON, PRETO, FIO 6-0, 45CM, AGULHA 3/8 CIRCULO TRIANGULAR 1,6CM	487408	24	288	Un	R\$ 3,20	R\$ 921,60
83	Fita Hipoalérgica Microporosa Confeccionada Com Substrato De Não-Tecido À Base De Fibras De Viscose, Resina Acrílica E Massa Adesiva À Base De Poliacrilato Hipoalergênico. Utilização: Fixação De Curativos, Ponto Falso, Proteção De Cortes, Etc. De Finíssima Espessura E Excelente Fixação. Indicada Para Curativos Em Regiões Do Corpo Com Alta Sensibilidade, Principalmente Em Crianças E Idosos. Cor Branca. Medida: 10cm X 10m.	622673	5	60	Ro	R\$ 9,03	R\$ 541,80
84	Fita Hipoalérgica Microporosa Confeccionada Com Substrato De Não-Tecido À Base De Fibras De Viscose, Resina Acrílica E Massa Adesiva À Base De Poliacrilato Hipoalergênico. Utilização: Fixação De Curativos, Ponto Falso, Proteção De Cortes, Etc. De Finíssima Espessura E Excelente Fixação. Indicada Para Curativos Em Regiões Do Corpo Com Alta Sensibilidade, Principalmente Em Crianças E Idosos. Cor Branca. Medida: 05cm X 10m.	622673	5	60	Ro	R\$ 9,90	R\$ 594,00
85	Fita Para Autoclave, Comprimento 30, Largura 19, Com Boa Adesão, Material Dorso Em Papel Crepado, Características Adicionais C /Indicador Térmico, Resistente À Alta Temperatura. Rolo De 19 Mm X 30m.	626170	5	50	Ro	R\$ 9,97	R\$ 498,50
86	Fralda Geriátrica Bigfral, Pacote Com 7 Unidades, Derma Plus, Tamanho Xg	329310	10	400	PK	R\$ 33,19	R\$ 13.276,00
87	Gel Condutor. Aplicação: Como Meio De Contato Para Exames De Ultrassonografia E Eletrocardiograma. Consistente, Inodoro, Incolor, Isento De Substâncias Tóxicas E Ph Neutro, Galão De 5 Kg.	475840	2	24	Gl	R\$ 51,20	R\$ 1.228,80
88	Indicador Biológico, Tipo Segunda Geração, Apresentação Auto-Contido, Ampola Com Meio De Cultura, Espécie Bacillus Stearothermophilus, Características Adicionais Para Esterilização A Vapor. Caixa com 100 unidades	436058	5	25	CX	R\$ 34,74	R\$ 868,50
89	Indicador Químico Classe 5: Indicador Químico Vapor Com Tinta Indicadora Que Muda De Cor (Tinta De Agente Específico) E Apresenta Resposta Integrada Com Os Parâmetros Críticos Da Esterilização Por Vapor (Presença Do Vapor - Tempo E Temperatura), Conforme Norma Ansi/Aami/Iso: 11.140-1:2005 Para Equipamentos Com Ciclos De 121°C A 134° C. Que Proporcione Leitura Fácil E Imediata, Possua Camada Plástica Que Impeça Que A Tinta Do Indicador Entre Em Contato Com Os Instrumentos Esterilizados. Caixa com 100 unidades.	332346	5	25	CX	R\$ 65,00	R\$ 1.625,00
90	Indicador Químico Classe: Classe IV , Tipo Uso: Interno , Tipo: Simulador , Apresentação: Tira De Papel , Características Adicionais: Para Esterilização A Vapor. Caixa com 100 unidades	339652	2	25	Cx	R\$ 67,80	R\$ 1.695,00
91	Indicador, Químico, Teste Bowie-Dick Pacote Pronto (Registro De Nº 10002070131)	484666	25	300	Un	R\$ 49,50	R\$ 14.850,00
92	Irrigação, Gel Para Descontaminação De Feridas, Composto Por: Água Purificada, 0,1% De Polihexametilbiguanida (Phmb), Composto De	473579	2	10	Fr	R\$ 40,00	R\$ 400,00

	Betaína, Hidroxietilcelulose, Edta, Imidazolidinil Uréia E Propilenoglicol. Combate E Previne A Infecção, Faz A Descontaminação Da Lesão E Mantém O Meio Úmido. Frasco Com 100ml						
93	Lâmina Bisturi, Material Aço Carbono, Tamanho Nº 11, Tipo Descartável, Estéril, Características Adicionais Embalada Individualmente. Caixa Com 100 Unidades.	445300	2	10	Cx	R\$ 38,44	R\$ 384,40
94	Lâmina Bisturi, Material Aço Carbono, Tamanho Nº 12, Tipo Descartável, Estéril, Características Adicionais Embalada Individualmente. Caixa Com 100 Unidades.	361076	2	10	Cx	R\$ 43,31	R\$ 433,10
95	Lâmina Bisturi, Material Aço Inoxidável, Tamanho Nº 15, Descartável, Estéril, Afiada E Polida, Embalagem Individual. Caixa Com 100 Unidades.	366903	2	10	Cx	R\$ 38,44	R\$ 384,40
96	Lâmina Bisturi, Material Aço Inoxidável, Tamanho Nº 15, Curta, Descartável, Estéril, Afiada E Polida, Embalagem Individual. Caixa Com 100 Unidades.	427136	2	10	Cx	R\$ 35,33	R\$ 353,30
97	Lâmina Bisturi, Material Aço Carbono, Tamanho Nº 21, Tipo Descartável, Estéril, Embalada Individualmente. Caixa Com 100 Unidades.	299242	2	10	Cx	R\$ 46,22	R\$ 462,20
98	Lâmina Bisturi, Material Aço Carbono, Tamanho Nº 22, Tipo Descartável, Estéril, Embalada Individualmente. Caixa Com 100 Unidades.	299242	2	10	Cx	R\$ 46,22	R\$ 462,20
99	Lençol Descartável, Material Papel, 100% Fibras Naturais, Largura 70cm, Comprimento 50 M, Gramatura: 35 À 37gr/M², Apresentação Rolo, Aplicação Maca Hospitalar.	481791	5	300	Ro	R\$ 18,00	R\$ 5.400,00
100	Lubrificante Livre De Óleos Mistura, Indicado Para A Prevenção De Corrosão, Antiferrugem, Manchas E Enrijecimento De Instrumentais Cirúrgicos. Código Anvisa 302648.	243284	4	24	Lt	R\$ 36,02	R\$ 864,48
101	Luva Cirúrgica, Material Látex Natural, Tamanho 6,5 Estéril, Características Adicionais Comprimento Mínimo De 28 Cm, Lubrificada C/ Pó Bioabsorvível, Atóxica, Descartável, Formato Anatômico, Embalagem Conforme Norma Abnt C/ Abertura Asséptica.	620088	50	500	Pr	R\$ 1,70	R\$ 850,00
102	Luva Cirúrgica, Material Látex Natural, Tamanho 7, Estéril, Características Adicionais Comprimento Mínimo De 28 Cm, Lubrificada C/ Pó Bioabsorvível, Atóxica, Descartável, Formato Anatômico, Embalagem Conforme Norma Abnt C/ Abertura Asséptica.	620076	50	500	Pr	R\$ 2,09	R\$ 1.045,00
103	Luva Cirúrgica, Material Látex Natural, Tamanho 7,5, Estéril, Comprimento Mínimo De 28 Cm, Apresentação Lubrificada C/ Pó Bioabsorvível, Atóxica, Tipo Uso Descartável, Formato Anatômico, Embalagem Conforme Norma Abnt C/ Abertura Asséptica. Pacotes Com Um Par.	620090	50	500	Pr	R\$ 2,90	R\$ 1.450,00
104	Luva Cirúrgica, Material Látex Natural, Tamanho 8, Estéril, Características Adicionais Comprimento Mínimo De 28 Cm, Lubrificada C/ Pó Bioabsorvível, Atóxica, Descartável, Formato Anatômico, Embalagem Conforme Norma Abnt C/ Abertura Asséptica.	620084	50	500	Pr	R\$ 1,99	R\$ 995,00
105	Luva De Procedimento, Material Nitrilo Natural Íntegro E Uniforme, Tamanho Grande, Sem Talco, Descartável, Apresentação Atóxica, Tipo Ambidestra, Descartável, Modelo Formato Anatômico, Finalidade Resistente À Tração. Espessura Mínima De 0,17mm. Uso Hospitalar. Com 100 Unidades.	619820	6	20	Cx	R\$ 33,74	R\$ 674,80
106	Luva Procedimento, Material Látex Natural Íntegro E Uniforme, Tamanho Extra pequeno, Lubrificada Com Pó Bioabsorvível, Descartável, Apresentação Atóxica, Tipo Ambidestra, Tipo Descartável, Modelo Formato Anatômico, Finalidade Resistente À Tração. Espessura Mínima De 0,17mm. Uso Hospitalar. Caixa Com 100 Unidades.	619852	2	500	Cx	R\$ 32,90	R\$ 16.450,00
107	Luva, Procedimento, Material Nitrilo Natural Íntegro E Uniforme, Tamanho Médio, Sem Talco, Descartável, Apresentação Atóxica, Tipo Ambidestra, Descartável, Modelo Formato Anatômico, Finalidade Resistente À Tração. Espessura Mínima De 0,17mm. Uso Hospitalar. Com 100 Unidades.	619819	4	20	Cx	R\$ 32,00	R\$ 640,00
	Luva, Procedimento, Material Nitrilo Natural Íntegro E Uniforme, Tamanho Pequeno, Sem Talco, Descartável, Apresentação Atóxica, Tipo						

122	Preservativo Masculino, Material Látex Natural, Comprimento Mínimo 18cm, Características Adicionais S/ Lubrificante, S/ Espermicida, Diâmetro 52, Embalado Individualmente.	377023	100	2500	Un	R\$ 0,43	R\$ 1.075,00
123	Punch Dermatológico Descartável Estéril n3	452481	5	20	Un	R\$ 14,85	R\$ 297,00
124	Seringa, Material Polipropileno Transparente (Plástico), Capacidade 1 ML, Características Adicionais C/Agulha, Êmbolo C/ Ponta De Borracha Siliconizada, Graduação Firme E Perfeitamente Legível, Descartável, Estéril, Embalagem Individual.	617149	100	5000	Un	R\$ 1,40	R\$ 7.000,00
125	Seringa, Material Polipropileno Transparente (Plástico), Capacidade 20 ML, Características Adicionais C/Agulha, Êmbolo C/ Ponta De Borracha Siliconizada, Graduação Firme E Perfeitamente Legível, Tipo Uso Descartável, Estéril, Embalagem Individual.	455596	100	3500	Un	R\$ 1,28	R\$ 4.480,00
126	Seringa, Material Polipropileno Transparente (Plástico), Capacidade 3ml, Características Adicionais C/Agulha, Êmbolo C/ Ponta De Borracha Siliconizada, Graduação Firme E Perfeitamente Legível, Descartável, Estéril, Embalagem Individual.	440373	100	3500	Un	R\$ 2,75	R\$ 9.625,00
127	Seringa, Material Polipropileno Transparente (Plástico), Capacidade 5 ML, Características Adicionais C/Agulha, Êmbolo C/ Ponta De Borracha Siliconizada, Graduação Firme E Perfeitamente Legível, Descartável, Estéril, Embalagem Individual.	439726	100	3500	Un	R\$ 2,18	R\$ 7.630,00
128	Seringa, Material Polipropileno Transparente (Plástico), Capacidade 10 ML, Características Adicionais C/Agulha, Êmbolo C/ Ponta De Borracha Siliconizada, Graduação Firme E Perfeitamente Legível, Tipo Uso Descartável, Estéril, Embalagem Individual.	439709	100	3500	Un	R\$ 1,46	R\$ 5.110,00
129	Sonda De Aspiração Traqueal: Dispositivo Para Introdução Em Órgãos Corporais Para Drenagem De Fluidos (Secreções Ou Excreções) Ou De Administração De Soluções Diversas (Hidratação, Contrastes, Medicamentos), Em Caso De Sondas Respiratórias, Administração De Oxigênio Ou Ar Comprimido. Traqueal Para Aspiração De Secreções Da Arvore Traqueobrônquica. Estéril. Atóxica. Apirogênico. Descartável, Compostas De Tubo De Pvc Atóxico Flexível Com Modelo De Furação Específica E Conector Com Tampa. Tamanho Nº 06.	289966	3	10	Un	R\$ 2,26	R\$ 22,60
130	Sonda De Aspiração Traqueal: Dispositivo Para Introdução Em Órgãos Corporais Para Drenagem De Fluidos (Secreções Ou Excreções) Ou De Administração De Soluções Diversas (Hidratação, Contrastes, Medicamentos), Em Caso De Sondas Respiratórias, Administração De Oxigênio Ou Ar Comprimido. Traqueal Para Aspiração De Secreções Da Arvore Traqueobrônquica. Estéril. Atóxica. Apirogênico. Descartável, Compostas De Tubo De Pvc Atóxico Flexível Com Modelo De Furação Específica E Conector Com Tampa. Tamanho Nº 12.	373735	3	10	Un	R\$ 1,05	R\$ 10,50
131	Sonda De Aspiração Traqueal: Dispositivo Para Introdução Em Órgãos Corporais Para Drenagem De Fluidos (Secreções Ou Excreções) Ou De Administração De Soluções Diversas (Hidratação, Contrastes, Medicamentos), Em Caso De Sondas Respiratórias, Administração De Oxigênio Ou Ar Comprimido. Traqueal Para Aspiração De Secreções Da Arvore Traqueobrônquica. Estéril. Atóxica. Apirogênico. Descartável, Compostas De Tubo De Pvc Atóxico Flexível Com Modelo De Furação Específica E Conector Com Tampa. Tamanho Nº 08.	289969	3	10	Un	R\$ 0,96	R\$ 9,60
132	Sonda De Aspiração Traqueal: Dispositivo Para Introdução Em Órgãos Corporais Para Drenagem De Fluidos (Secreções Ou Excreções) Ou De Administração De Soluções Diversas (Hidratação, Contrastes, Medicamentos), Em Caso De Sondas Respiratórias, Administração De Oxigênio Ou Ar Comprimido. Traqueal Para Aspiração De Secreções Da Arvore Traqueobrônquica. Estéril. Atóxica. Apirogênico. Descartável, Compostas De Tubo De Pvc Atóxico Flexível Com Modelo De Furação Específica E Conector Com Tampa. Tamanho Nº 10.	289967	3	10	Un	R\$ 1,35	R\$ 13,50
133	Sonda De Aspiração Traqueal: Dispositivo Para Introdução Em Órgãos Corporais Para Drenagem De Fluidos (Secreções Ou Excreções) Ou De Administração De Soluções Diversas (Hidratação, Contrastes, Medicamentos), Em Caso De Sondas Respiratórias, Administração De Oxigênio Ou Ar Comprimido. Traqueal Para Aspiração De Secreções Da	289968	3	10	Un	R\$ 1,80	R\$ 18,00

	50ml E Cloro Dpd2 Com 5g);							
TOTAL							R\$ 4.450,56	R\$ 374.799,81

~~1.1.1. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s).~~

Órgão Gerenciador:					
Item	DESCRIÇÃO/ESPECIF.	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO Máxima	Quantidade total

Órgão Participante:					
Item	DESCRIÇÃO/ESPECIF.	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO Máxima	Quantidade total

Órgão Participante:					
Item	DESCRIÇÃO/ESPECIF.	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO Máxima	Quantidade total

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.2.1. A indicação da marca do item 86 da tabela acima justifica-se em virtude da decisão proferida no Processo Judicial 5011486-80.2017.4.04.7200, conforme evidenciado no Anexo I deste Termo de Referência.

OU

~~1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como **especiais**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.~~

~~1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.010, de 27 de setembro de 2021. [A4]~~

1.5. O prazo de vigência da contratação é contado por meio da soma dos prazos necessários para a entrega dos materiais, recebimento e pagamento (ao longo da vigência de 12 meses da Ata serão originadas várias contratações que serão formalizadas por meio de notas de empenhos, de acordo com o surgimento da necessidade da aquisição de cada material), na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5.1.O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

1.5.2. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

~~OU~~

~~1.6. O prazo de vigência da contratação é de [indicar o prazo, limitado a 5 anos] contados do(a) [indicar o termo inicial da vigência], prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021. [A5]~~

~~1.7. O fornecimento de bens é enquadrado como continuado tendo em vista que [...], sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando [...]~~ **OU** [o Estudo Técnico Preliminar] **OU** [os termos da Nota Técnica .../...]:

~~ou~~

~~1.8. O prazo de vigência da contratação é de [indicar o prazo, limitado a um ano da ocorrência da emergência ou calamidade] contados do(a) [indicar o termo inicial da vigência], improrrogável, na forma do art. 75, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021.~~

1.9. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 00394429000100-0-000028/2025;
- II) Data de publicação no PNCP: 15/05/2024;
- III) Id do item no PCA: 138;
- VI) Classe/Grupo: 9999 - Itens diversos; e
- V) Identificador da Futura Contratação: 120073-26/2025.

~~ou~~

~~2.3. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [ANO], conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.~~

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade[A2]

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Só será admitida a oferta de produto previamente notificado/registrado na ANVISA, conforme a Lei nº 6.360, de 1976 e Decreto nº 8.077, de 2013;

4.1.2 Só será admitida a oferta de equipamentos, inclusive suas partes e acessórios, com finalidade médica, odontológica, laboratorial ou fisioterápica, utilizados direta ou indiretamente para diagnóstico, tratamento, reabilitação e monitoração em seres humanos, e equipamentos com finalidade de embelezamento e estética que, nos termos da Portaria INMETRO nº 384, de 18 de dezembro de 2020, cumpram os Requisitos de Avaliação da Conformidade e as Especificações para o Selo de Identificação da Conformidade para Equipamentos sob Regime de Vigilância Sanitária – Consolidado.

~~4.1.3. [...]~~

Indicação de marcas ou modelos

4.2. Na presente contratação será admitida a indicação do item 86 - Fralda Geriátrica Bigfral, Pacote Com 7 Unidades, Derma Plus, Tamanho Xg - de acordo com a justificativa contida no item 6.4 do Estudo Técnico Preliminar, bem com o seu anexo.

~~Da vedação de contratação de marca ou produto~~

~~4.3. Diante das conclusões extraídas do processo administrativo nº ~~XXXXX.XXXXXX/XXXX-XX~~, a Administração não aceitará o fornecimento dos seguintes produtos/marcas:~~

~~4.3.1. [...]~~

~~4.3.2. [...]~~

~~Da exigência de amostra~~

~~4.4. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.~~

~~4.5. Serão exigidas amostras dos seguintes itens:~~

~~4.5.1. [...]~~

~~4.5.2. [...]; e~~

~~4.5.3. [...]~~

~~4.6. As amostras poderão ser entregues no endereço [indicar o endereço] no prazo limite de [indicar o prazo], sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.~~

~~4.7. É facultada prorrogação o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.~~

~~4.8. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.~~

~~4.9. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:~~

~~4.9.1. Itens (...):~~

~~4.9.2. Itens (...):~~

~~4.10. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.~~

~~4.11. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.~~

~~4.12. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.~~

~~4.13. Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de XX (xxxxx) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.~~

~~4.14. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.[A4]~~

~~Da exigência de carta de solidariedade~~

~~4.15. Em caso de fornecedor, revendedor ou distribuidor, será exigida do licitante/interessado provisoriamente classificado em primeiro lugar, nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.[A5]~~

Subcontratação

4.16. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.[A6]

OU

~~4.17. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de XX% (xxxxx por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:~~

~~4.18. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação, abaixo discriminada:~~

~~4.18.1. [...];~~

~~4.18.2. [...]; e~~

~~4.18.3. [...].~~

~~4.19. Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas do objeto:~~

~~4.19.1. [...];~~

~~4.19.2. [...]; e~~

~~4.19.3. [...].~~

~~4.20. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.~~

~~4.21. A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.~~

~~4.22. O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.~~

~~4.23. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.[A7]~~

Garantia da contratação

4.24. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

OU

4.25. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a ~~XX%~~ (xxxxx por cento) do valor ~~[total]~~ **OU [anual]** da contratação[A9] . [A10]

~~4.26. Em caso de opção pelo seguro garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.~~

~~4.26.1. A apólice de seguro garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.~~

~~4.26.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.~~

~~4.26.3. A apólice de seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.~~

~~4.26.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.~~

~~4.26.5 Caso o adjudicatário não opte pelo seguro garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.~~

~~4.27. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.[A11]~~

~~4.28. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.~~

~~4.29. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.~~

~~4.30. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.~~

~~4.30.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).~~

~~4.31. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:~~

~~4.31.1 prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas; e~~

~~4.31.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração ao Contratado.~~

4.32. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

~~4.33. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.~~

~~4.34. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada[A12].~~

~~4.35. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.~~

~~4.35.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.~~

~~4.35.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.~~

~~4.36. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.~~

~~4.36.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.~~

~~4.36.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.~~

~~4.37. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.~~

~~4.39. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.~~

~~4.39. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao Contratado.~~

~~4.40. A garantia de execução é independente de eventual garantia de produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.~~

~~Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:~~

~~4.41. Na presente licitação, será realizada a reserva de cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.~~

~~4.41.1. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos fornecedores remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.~~

~~4.41.2 Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.~~

4.41.3. Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º, do Decreto n. 8.538, de 2015.

~~Margem de Preferência:~~

4.42. O objeto da contratação enquadra-se na margem de preferência **[normal] OU [adicional]** de %, prevista no Decreto n.º....., conforme disposto na Resolução n.º da Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável – CICS, por[A14] se tratar de **~~[bens manufaturados nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras] OU [bens reciclados, recicláveis ou biodegradáveis].~~**

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 dias, contados da data de recebimento da Nota de Empenho, em remessa única.

~~OU~~

~~5.2. As parcelas serão entregues nos seguintes prazos e condições:[A2]~~

Parcela	Composição da parcela	Prazo de entrega
1ª	... unidades do item ..., ... unidades do item dias da Assinatura/da Ordem de Fornecimento/[...]
2ª	... unidades do item ..., ... unidades do item dias da Assinatura/da Ordem de Fornecimento/[...]
3ª	... unidades do item ..., ... unidades do item dias da Assinatura/da Ordem de Fornecimento/[...]
[...]	... unidades do item ..., ... unidades do item ...	

5.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.4. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço Farmácia do Grupo de Saúde de Florianópolis (GSAU-FL) da Base Aérea de Florianópolis (BAFL), Av. Santos Dumont (Base Aérea), s/n - Tapera, Florianópolis - SC, CEP 88047-901. Os bens deverão ser entregues no seguinte horário: 07h-12h e 13h-18h.[A3]

5.4.1. No caso de medicamentos, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 75% do prazo total recomendado pelo fabricante.

Garantia, manutenção e assistência técnica[A4]

5.5. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

~~OU~~

~~5.6. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, ____ (____) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.~~

~~5.7. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante. [A6]~~

~~5.8. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.~~

~~5.9. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.~~

~~5.10. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.~~

~~5.11. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.~~

~~5.12. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até ____ (____) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.~~

~~5.13. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.~~

~~5.14. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.~~

~~5.15. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.~~

~~5.16. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.~~

~~5.17. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.[A7]~~

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

~~6.15. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:~~

~~— 6.15.1. [...];~~

~~— 6.15.2. [...]; e~~

~~— 6.15.3. [...]. [A2]~~

6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.17. Cabe ao gestor do contrato:

6.17.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.17.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.17.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.17.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.17.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.17.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.17.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

7.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 3% (três por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

7.2.4.8. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “i” e “j”, de 0,4% (quatro décimos por cento) a 0,5% (cinco décimos por cento) do valor da contratação.

7.2.4.9. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “k”, de 1% (um por cento) a 2% (dois por cento) do valor da contratação.

7.2.4.10. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “l”, de 8% (oito por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos

seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária no prazo de 10 (dias) úteis, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.[A2]

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 30 (trinta) dias úteis.[A3]

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5. o valor a pagar; e

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IPCA** de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.[A5]

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

~~Antecipação de pagamento[A6]~~

~~8.27. A presente contratação permite a antecipação de pagamento (parcial/total), conforme as regras previstas no presente tópico.~~

~~8.28. O Contratado emitirá recibo/nota fiscal/fatura/documento idôneo/... correspondente ao valor da antecipação de pagamento de R\$ (valor por extenso), tão logo ... (incluir condicionante — ex: seja assinado o termo de contrato, ou seja, prestada a garantia etc.), para que o Contratante efetue o pagamento antecipado.~~

~~8.29. Para as etapas seguintes do contrato, a antecipação do pagamento ocorrerá da seguinte forma:~~

~~8.29.1. R\$. (valor em extenso) quando do início da segunda etapa.~~

~~8.29.2. (...)[A7]~~

~~8.30. Quando admitida a antecipação de pagamento, fica o Contratado obrigado a devolver, com correção monetária, a integralidade do valor antecipado, na hipótese de inexecução do objeto.~~

~~8.31. No caso de inexecução parcial, deverá haver a devolução do valor relativo à parcela não executada do contrato.~~

~~8.32. O valor relativo à parcela antecipada e não executada do contrato será atualizado monetariamente pela variação acumulada do (especificar o índice de correção monetária a ser adotado), ou outro índice que venha a substituí-lo, desde a data do pagamento da antecipação até a data da devolução.~~

~~8.33. A liquidação ocorrerá de acordo com as regras do tópico respectivo deste instrumento.~~

~~8.34. O pagamento antecipado será efetuado no prazo máximo de até (....) dias, contados do recebimento do (recibo OU nota fiscal OU fatura OU documento idôneo).~~

~~8.35. A antecipação de pagamento dispensa o ateste ou recebimento prévios do objeto, os quais deverão ocorrer após a regular execução da parcela contratual a que se refere o valor antecipado.~~

~~8.36. O pagamento de que trata este item está condicionado à tomada das seguintes providências pelo Contratado: [A8]~~

~~8.36.1. comprovação da execução da etapa imediatamente anterior do objeto pelo Contratado, para a antecipação do valor remanescente;[A9]~~

~~8.36.2. prestação da garantia adicional nas modalidades de que trata o art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de ...%.[A10]~~

~~8.37. O pagamento do valor a ser antecipado ocorrerá respeitando eventuais retenções tributárias incidentes.~~

Cessão de Crédito

8.38. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.38.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.38.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.38.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.38.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.[A13]

8.39. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.[A14]

Reajuste

8.40. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em [21/05/2025](#).

8.41. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado[A16], os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice [IPCA](#), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade[A17].

8.42. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.43. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.44. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.45. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.46. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.47. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

a) O Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie juntamente com a proposta, sob pena de não aceitação: a.1) o documento comprobatório da notificação/registro do produto na ANVISA, conforme legislação vigente, notadamente a Lei nº 6.360, de 1976 e o Decreto nº 8.077, de 2013.

~~ou~~

~~9.2. O fornecedor será selecionado por meio de contratação direta com fundamento no art. [74 OU 75], inciso [indicar o inciso], da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, com base no seguinte fundamento: [descrever a fundamentação da contratação para enquadramento no dispositivo legal indicado].~~

Forma de fornecimento

9.3. O fornecimento do objeto será **continuado**.

~~**Critérios de aceitabilidade de preços**~~

~~9.4. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será[A2]:~~

~~9.4.1. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital OU tabela constante no item XXXXXX deste Termo de Referência.~~

Exigências de habilitação

9.5. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.6. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.7. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.9. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.11. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.12. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.13. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.14. a Autorização de Funcionamento (AFE) vigente, emitida pela ANVISA, para os produtos abrangidos pela RDC nº 16, de 1º de abril de 2014, da ANVISA; a Licença Sanitária Estadual ou Municipal vigente.

9.15. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.16. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.17. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.18. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.19. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.20. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.21. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.22. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.23. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.24. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.25. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.26. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas :

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

9.27. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação **capital mínimo de 10 % do valor total estimado da contratação.**

9.28. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.29. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.30. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.31. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.32. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

~~9.33. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente, em plena validade;~~

~~9.33.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.~~

9.34. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.34.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.34.1.1. Aquisição de material de consumo ambulatorial semelhante aos solicitados;

~~9.34.1.2. [...];~~

~~9.34.1.3. [...];~~

9.34.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.

9.34.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

~~A) A contratada deverá apresentar a Declaração do Detentor de Registro (DDR), na forma da RDC 81, de 5 de novembro de 2018 e RDC 103, de 31 de agosto de 2016, quando for o caso de importação de medicamento feita por um terceiro e não pelo detentor do registro do medicamento na Anvisa.~~

~~e) Comprovação de regularidade junto à ANVISA, mediante apresentação de Certificado de Registro do Produto. Os equipamentos e insumos deverão portar o Selo de Identificação da Conformidade do INMETRO, quando exigido, conforme Portaria INMETRO nº 384/2020 e RDC ANVISA nº 549/2021.~~

9.36. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.38. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.40. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 374.799,81 (trezentos e setenta e quatro mil, setecentos e noventa e nove reais e oitenta e um centavos), conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1 acima**.

~~ou~~

~~10.3. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas. [A4]~~

~~10.3.1. Quando as propostas permanecerem com preços acima do orçamento estimado, o custo estimado da contratação será tornado público após a fase de lances.~~

~~10.4. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato. [A5]~~

10.5. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.5.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.5.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.5.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.5.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/unidade: 120073;

II) Fonte de recursos: 1000000000;

III) Programa de trabalho: 214537;

IV) Elemento de despesa: 339030; e

V) Plano interno: CG190904100.

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.[A1]

ou

11.4. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente .

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas ~~exceto o custo estimado da contratação, que possui caráter sigiloso até o julgamento das propostas~~. [A1]

Florianópolis, 04 de agosto de 2025.

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)

OU

(Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133/2021)

1 . FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o **prazo de**, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato **[Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização] OU [constante deste Anexo]**, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no **Edital OU na Autorização de Contratação Direta e/ou no Aviso de Dispensa Eletrônica**, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

OU

2.3. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.[A1]

2.4. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o Contratado, bem como à inexistência de registros no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin[A2]).

2.5. O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.6. A prorrogação contratual deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.7. A contratação não poderá ser prorrogada quando o Contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

ou

2.8. O prazo de vigência da contratação é de(máximo de um ano) contados do(a) (data da ocorrência da emergência ou da calamidade), improrrogável, na forma do art. 75, VIII, da Lei nº 14.133/2021[A3].

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.8.1 A Administração terá o prazo de XXXXXXX, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período. [A4]

3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de XXXXXX.[A5]

3.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.[A6] [A7]

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO[A8]

4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

4.1.17. *Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das obrigações assumidas, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;*

4.1.18. *Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução contratual;*

4.1.19. *Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.*

4.1.20. *Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.*

4.1.21. *Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.[A11]*

4.1.22. *Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho[A12] ;*

4.1.23 *Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;*

4.1.24. *Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;*

4.1.25. *Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;*

4.1.26. *Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.*

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

5.1. *A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.*

5.2. *Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.*

5.3. *Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:*

5.3.1. *ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e*

5.3.2. *poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.[A13]*

OU

5.4. A contratação será extinta quando vencido o prazo estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes[A14] .

5.5. A contratação poderá ser extinta antes do prazo fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que a contratação não mais lhe oferece vantagem.

5.6. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário da contratação, desde que haja a notificação do Contratado pelo Contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

5.7. Caso a notificação da não-continuidade da contratação de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.[A15]

OU

5.8. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, observado o art. 75, inciso VIII, da Lei n.º 14.133/2021, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes[A16] contraentes.

5.9. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.9.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.9.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.9.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.10. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.10.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.10.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.10.3. Indenizações e multas.

5.11. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.12. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.[A17]

7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.[A18]

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em, Seção Judiciária de para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital OU Aviso de Contratação Direta*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão/Concorrência/Dispensa Eletrônica* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

RAQUEL NOGUEIRA LEITE

Equipe de Planejamento

CLAUDIO DE ASSIS MIRANDA JUNIOR

Equipe de Planejamento

DOUGLAS CARVALHO VIVAS AMADO

Equipe de Planejamento

JOAO PAULO GOMEZ LIMA DA SILVA

Ordenador de Despesa

ANEXO I - Análise das Fraldas do Processo Judicial 5011486-80.2017.4.04.7200



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
BASE AÉREA DE FLORIANÓPOLIS
SUBSEÇÃO DE FARMÁCIA

Ofício nº 8/SSFAR
Protocolo COMAER nº 67272.003084/2021-47

Florianópolis, 2 de julho de 2021.

Do 1º Ten QOFARM DIOGO DA SILVA
À Ten Cel Med KATIA PORTELLA SANTOS CIPRIANI

Assunto: Análise das Fraldas do Processo Judicial 5011486-80.2017.4.04.7200.

1. Trata este ofício de informações relativas ao Processo Judicial 5011486-80.2017.4.04.7200 da Interessada Senhora Maria Julia Pinto Vieira. O mesmo versa sobre o fornecimento de tratamento com fisioterapia em tempo integral à interessada, bem como fornecimento de fraldas geriátricas pelo tempo que necessitar.
2. Quanto à questão do fornecimento das fraldas geriátricas, até o presente momento, os familiares, em acordo com orientações da equipe da Base Aérea de Florianópolis (BAFL), realizaram o pagamento das fraldas adquiridas pela família da Senhora Maria Julia até o mês de Dezembro de 2020, utilizando recursos da Vida Vegetativa da BAFL (339093 - Restituições)
3. Verificado uma vez que a fralda geriátrica que contava no pregão vigente do Hospital da Aeronáutica de Canoas (HACO) não contemplava as necessidades da interessada do processo, o Esquadrão de Saúde de Florianópolis (ES-FL), no ano de 2021, continuou a realizar a compensação exclusiva dos custos das fraldas, através de crédito descentralizado a favor da BAFL, até que fosse possível realizar novo processo licitatório para fornecimento direto do material.
4. O Pregão Eletrônico Nº 11/2021 (Processo Administrativo n.º 67272.001613/2020-97) contou em seu Edital, no item nº 23, a fralda geriátrica com CATMAT 442728 (Fralda Geriátrica Adulta acima de 90 Kg). A empresa vencedora, SEBMED Produtos de Saúde, apresentou o produto Tena Confort XG 07 unidades, material que atende ao descritivo do material previsto no Pregão Nº 11/2021.
5. A amostra fornecida pela empresa foi entregue a família da Senhora Maria Júlia para análise da viabilidade de uso do produto. Entretanto a família relata que a fralda não atende as questões fisiológicas da Interessada, relatando vazamentos da mesma e até ruptura/rasgos do material.
6. Visando analisar os produtos, foram comparadas pelo 1T Farm Diogo Silva do ES-FL, uma unidade do material ofertado no Pregão nº 11/2021 e o adquirido no varejo pela família da Senhora Maria Júlia.







MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	ESTUDO PRELIMINAR
Data/Hora de Criação:	29/06/2023 18:16:14
Páginas do Documento:	35
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	36
Hash MD5:	6ef85b278af93695b4f5a400c11274a3
Verificação de Autenticidade:	https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Terceiro Sargento TATIANA ZAGO DA SILVA DE DEUS no dia 29/06/2023 às 15:35:46 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten MARCELO STUART BARRETO no dia 30/06/2023 às 14:50:18 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten MARCELO NICOLI DE FARIA CARNEIRO no dia 03/07/2023 às 13:56:10 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Ten Cel Med FREDERICO FORESTO SCANNAVINO no dia 04/07/2023 às 11:10:00 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Major RAQUEL TERESA DE SOUZA GOMES OLIVEIRA no dia 31/07/2023 às 11:31:50 no horário oficial de Brasília.

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	Termo de Referência 162/2025
Data/Hora de Criação:	24/10/2025 14:51:52
Páginas do Documento:	51
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	52
Hash MD5:	828191dff223e085390a1d151814ffc8
Verificação de Autenticidade:	https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten RAQUEL NOGUEIRA LEITE no dia 24/10/2025 às 11:59:31 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 2º Ten CLÁUDIO DE ASSIS MIRANDA JÚNIOR no dia 24/10/2025 às 12:01:43 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Suboficial DOUGLAS CARVALHO VIVAS AMADO no dia 24/10/2025 às 12:55:12 no horário oficial de Brasília.

MAER - BASE AEREA DE FLORIANOPOLIS - SC

Estudo Técnico Preliminar 60/2025**1. Informações Básicas**

Número do processo: 67272.003944/2025-76

2. Descrição da necessidade**2.1. Objeto**

2.1.1. O presente Estudo Técnico Preliminar tem por objeto a aquisição de materiais de consumo ambulatorial e químico destinados à Seção de Enfermagem do Grupo de Saúde de Florianópolis (GSAU-FL). A contratação visa garantir o abastecimento contínuo e adequado desses insumos, indispensáveis para a manutenção e a excelência dos serviços de enfermagem prestados aos usuários do Sistema de Saúde da Aeronáutica (SISAU).

2.2. Identificação da necessidade da contratação

2.2.1. O GSAU-FL se destaca por sua atuação no atendimento de urgência e emergência, realizando atendimentos diários que demandam uma infraestrutura adequada e um estoque suficiente de materiais ambulatoriais. A natureza das atividades desenvolvidas pela instituição exige que os profissionais de saúde tenham acesso imediato aos insumos necessários para a realização de procedimentos clínicos, diagnósticos e terapêuticos. A falta de materiais adequados pode comprometer não apenas a eficiência do atendimento, mas também a segurança dos pacientes, o que é inaceitável em um contexto de saúde.

2.2.2. Além disso, a aquisição de materiais de consumo ambulatorial é um aspecto crucial para a otimização dos recursos disponíveis. Com um estoque bem gerido e abastecido, a instituição poderá evitar desperdícios e garantir que os insumos sejam utilizados de maneira racional e eficiente. Isso não apenas contribui para a sustentabilidade financeira do GSAU-FL, mas também para a melhoria contínua dos processos de trabalho, refletindo diretamente na satisfação dos usuários do sistema de saúde.

2.2.3. Outro ponto relevante a ser considerado é a importância da atualização e modernização dos materiais utilizados nas práticas ambulatoriais. A aquisição de novos insumos, que atendam às normas e diretrizes vigentes, é essencial para que a equipe de saúde possa realizar seus atendimentos com segurança e eficácia. A utilização de materiais de qualidade superior não apenas melhora os resultados clínicos, mas também fortalece a confiança dos pacientes na instituição, um fator determinante para o sucesso de qualquer serviço de saúde.

2.2.4. A realização deste processo licitatório é, portanto, fundamental para assegurar que o GSAU-FL mantenha o elevado padrão de atendimento que caracteriza suas operações. A aquisição de material de consumo ambulatorial permitirá não apenas a reposição do estoque de insumos essenciais, mas também a ampliação da capacidade de atendimento, garantindo que um maior número de pacientes possa ser atendido com a qualidade que merecem. É importante ressaltar que a continuidade dos serviços prestados pelo GSAU-FL está diretamente relacionada à disponibilidade desses materiais, que são a base para a execução de procedimentos ambulatoriais.

2.3. Problema a ser resolvido

2.3.1. O principal problema identificado refere-se à insuficiência e ao risco de desabastecimento dos materiais de consumo ambulatorial essenciais para atendimento de urgência e emergência no GSAU-FL. Os estoques atuais encontram-se em níveis que não garantem a regularidade dos atendimentos, podendo ocasionar atrasos, cancelamentos e prejuízos à qualidade dos serviços prestados.

2.3.2. A ausência ou a escassez desses insumos compromete não apenas a execução dos procedimentos de enfermagem, mas também a biossegurança, a prevenção de infecções cruzadas e a integridade física dos profissionais e pacientes. Ainda, a falta de materiais pode impactar negativamente o número de atendimentos realizados, prejudicando o acesso dos usuários do SISAU aos serviços de saúde.

2.3.3. Portanto, a contratação ora proposta tem como objetivo solucionar a deficiência de materiais de consumo de enfermagem, promovendo a reposição e o suprimento adequado dos estoques, de modo a garantir a continuidade, a segurança e a qualidade dos atendimentos realizados no GSAU-FL, em consonância com as diretrizes institucionais e as melhores práticas em saúde.

4.4.3. Os produtos devem ser entregues em embalagens originais, invioladas, identificadas e em perfeito estado de conservação, sob as condições de temperatura exigidas, com rotulagem e bulas em português, contendo número de lote, data de fabricação, nome do responsável técnico e número de registro. O transporte deve ser realizado de modo a não afetar a identidade, qualidade e integridade dos materiais.

4.4.4. Somente poderão extrair, produzir, fabricar, transformar, sintetizar, purificar, fracionar, embalar, reembalar, importar, exportar, armazenar ou expedir os produtos as empresas para tal fim autorizadas pelo Ministério da Saúde e cujos estabelecimentos hajam sido licenciados pelo órgão sanitário das Unidades Federativas em que se localizem, conforme art. 2º da Lei nº 6.360/1976 e art. 2º do Decreto nº 8.077/2013.

4.5. Qualificação Técnica Operacional

4.5.1. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

4.5.2. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

4.5.2.1. Será exigida comprovação para todos os itens do lote único, cujo valor individual seja equivalente ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado do respectivo lote, conforme disposto no Art. 67, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

4.5.2.2. Para os itens com valor individual igual ou superior a 4% do valor total estimado do lote, será exigida comprovação de, no mínimo, 20% (quarenta e cinco por cento), conforme disposto no Art. 67, § 2º, da Lei nº 14.133/2021.

4.5.2.3. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

4.6. Critérios e Práticas Sustentáveis

4.6.1. Em consonância com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis – 7ª edição, outubro de 2024, e a legislação vigente, deverão ser observados, sempre que possível, critérios de sustentabilidade ambiental, social e econômica na aquisição dos materiais ambulatoriais e químicos. Entre as práticas recomendadas, destacam-se:

4.6.1.1. Preferência por produtos cuja embalagem seja reciclável ou reutilizável, minimizando o impacto ambiental;

4.6.1.2. Incentivo à aquisição de materiais com menor geração de resíduos e que possibilitem descarte ambientalmente adequado;

4.6.1.3. Priorização de fornecedores que adotem práticas de responsabilidade socioambiental, devidamente comprovadas; e

4.6.1.4. Observância das normas de biossegurança e descarte correto de resíduos odontológicos, conforme legislação específica.

4.6.2. Caso algum critério de sustentabilidade não seja aplicável ao objeto da contratação, tal decisão deverá ser devidamente justificada pela área técnica, em conformidade com as orientações do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

4.7. Consulta ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis

4.7.1. Ressalta-se que a elaboração deste Estudo Técnico Preliminar observou as orientações do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (7ª edição, outubro de 2024), conforme recomendado pelo IP-AGU, avaliando a aplicabilidade dos critérios socioambientais e econômicos pertinentes à aquisição de materiais de consumo ambulatorial e químico.

4.8. Por fim, ressalta-se que o Plano de Gestão Logística Sustentável da BAFL foi devidamente observado, não havendo tópicos pertinentes a serem considerados no presente processo, em virtude da natureza dos materiais a serem adquiridos.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Soluções de mercado que atendam aos requisitos específicos

5.1.1. Em conformidade com o disposto no art. 18, §1º, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, o levantamento de mercado tem por objetivo analisar as alternativas disponíveis, apresentando a justificativa técnica e econômica para a escolha da solução mais adequada à demanda apresentada. Este procedimento é essencial para assegurar a seleção da alternativa que melhor atenda ao interesse público, observando critérios de eficiência, economicidade e viabilidade operacional.

5.1.2. No âmbito da presente demanda, foram identificadas diversas soluções ofertadas pelo mercado para o fornecimento de material de consumo ambulatorial e químico. Dentre as alternativas analisadas, destaca-se a aquisição por meio de itens individualizados, com a

formalização de ata de registro de preços, modalidade que se mostra compatível com as necessidades específicas do Grupo de Saúde de Florianópolis (GSAU-FL). Tal solução permite maior flexibilidade na aquisição, possibilitando o atendimento conforme a real necessidade do órgão, além de facilitar a gestão dos estoques e assegurar melhores condições comerciais.

5.2. Solução e Metodologia Utilizada

5.2.1. Para a instrução deste processo, foi realizada ampla pesquisa de mercado, abrangendo a análise de contratações similares efetuadas por órgãos e entidades da Administração Pública, bem como consultas a fornecedores especializados e a veículos de mídia setorial. A pesquisa contemplou o exame de certames licitatórios registrados em plataformas oficiais, em conformidade com o art. 9º, inciso II, alínea “a”, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 58, de 8 de agosto de 2022. Essa metodologia permitiu identificar os parâmetros praticados pelo mercado, as especificações técnicas mais recorrentes e as condições comerciais usualmente ofertadas.

5.2.2. Adicionalmente, foram realizadas consultas a catálogos de fornecedores, portais eletrônicos e publicações especializadas, com o objetivo de mapear as opções tecnológicas disponíveis, as inovações recentes e as tendências de preços. Tal abordagem garantiu a atualização das informações e a aderência da solução proposta às melhores práticas do setor.

5.2.3. A análise dos dados coletados evidenciou que a adoção do Sistema de Registro de Preços, mediante a aquisição de itens individualizados, representa a alternativa mais vantajosa para a Administração. Esta modalidade está em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Decreto nº 11.462/2023, especialmente no que se refere à racionalização das contratações públicas e à otimização dos recursos orçamentários.

5.2.4. Dessa forma, a escolha da solução ora proposta encontra-se devidamente fundamentada em critérios técnicos e econômicos, respaldada pelas melhores práticas de mercado e pela legislação vigente, garantindo, assim, a eficiência, a economicidade e a adequada prestação dos serviços de saúde pelo Grupo de Saúde de Florianópolis (GSAU-FL).

6. Descrição da solução como um todo

6.1. Escopo/Modelo e Execução do Objeto

6.1.1. A presente contratação tem por objetivo a aquisição de material de consumo ambulatorial e químico, composto por 147 itens, destinados à reposição e consequente utilização pela Seção de enfermagem do Grupo de Saúde de Florianópolis (GSAU-FL). A solução proposta foi delineada de modo a garantir o atendimento pleno das necessidades assistenciais, observando-se os princípios da eficiência, economicidade e isonomia, em conformidade com a legislação vigente e as melhores práticas de gestão pública.

6.1.2. O objeto da contratação abrange o fornecimento de materiais de consumo ambulatorial e químico, de natureza comum, necessários à manutenção regular dos serviços prestados pela Seção de enfermagem do GSAU-FL. A aquisição visa assegurar a continuidade das atividades assistenciais, promovendo a reposição adequada dos estoques e a disponibilidade dos insumos indispensáveis ao atendimento da demanda institucional.

6.1.3. O regime de execução adotado será o de fornecimento parcelado, conforme a necessidade da Administração, possibilitando maior flexibilidade e racionalização dos recursos públicos. Os materiais deverão ser entregues no endereço indicado pelo GSAU-FL, em conformidade com as especificações técnicas detalhadas no Termo de Referência.

6.2. Elementos da Contratação

6.2.1. Duração do Contrato

6.2.1.1. A vigência do contrato será de até 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, podendo ser prorrogada nos termos da legislação vigente, caso haja interesse da Administração e observada a manutenção das condições inicialmente pactuadas.

6.2.2. Garantia/Assistência Técnica

6.2.2.1. Os materiais de consumo ambulatorial e químico, por sua natureza, não demandam garantia estendida ou assistência técnica, exceto nos casos em que o fabricante estipule prazo de validade ou garantia específica para determinado item, hipótese em que tais condições deverão ser rigorosamente observadas pelo fornecedor.

6.2.3. Local de entrega

6.2.3.1. A entrega dos materiais deverá ocorrer nas dependências do GSAU-FL, em local, data e horário previamente definidos pela Seção de enfermagem, conforme estabelecido no Termo de Referência e no edital do certame.

6.2.4. Critério de Julgamento

6.2.4.1. O critério de julgamento adotado será o de menor preço por item, conforme previsto no art. 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, buscando assegurar a proposta mais vantajosa para a Administração, sem prejuízo da qualidade e da adequação dos materiais ofertados.

6.2.5. Material Comum

6.2.5.1. Os bens objeto desta contratação são classificados como materiais comuns, nos termos do art. 2º, incisos II e III, do Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021, por serem encontrados no mercado com especificações usuais e de fácil comparação entre diferentes fornecedores.

6.2.6. Modalidade

6.2.6.1. A seleção do fornecedor será realizada por meio de procedimento licitatório, na modalidade pregão eletrônico, em consonância com o art. 28, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, e com o disposto no Decreto nº 10.024/2019, que regulamenta o pregão eletrônico no âmbito da Administração Pública federal.

6.2.7. Registro de Preços

6.2.7.1. A contratação será formalizada por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP), conforme previsto no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023. Nos termos do art. 3º do referido decreto, o uso do SRP é justificado:

- I – quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes; e
- II – quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas.

6.2.7.2. Considerando que os materiais de consumo ambulatorial e químico são insumos de uso contínuo e reposição frequente, e que a demanda pode variar ao longo do tempo, a adoção do SRP revela-se a solução mais eficiente e econômica, permitindo a realização de entregas conforme a real necessidade do GSAU-FL e a adesão a eventuais atas existentes, caso haja conveniência administrativa.

6.3. Justificativas Técnicas e Econômicas do Tipo de Solução Escolhida

6.3.1. A escolha pela aquisição de materiais de consumo ambulatorial e químico por meio de pregão eletrônico, com critério de julgamento pelo menor preço e utilização do Sistema de Registro de Preços, está fundamentada em razões técnicas e econômicas que visam otimizar a gestão dos recursos públicos, garantir a continuidade dos serviços de saúde e assegurar a obtenção das melhores condições comerciais.

6.3.2. Do ponto de vista técnico, a classificação dos materiais como bens comuns permite a comparação objetiva das propostas e a ampla competitividade entre fornecedores, reduzindo riscos de direcionamento e assegurando a qualidade dos insumos adquiridos. A adoção do SRP, por sua vez, proporciona flexibilidade na gestão dos estoques, racionalização das aquisições e redução de custos operacionais, uma vez que possibilita a contratação conforme a real demanda, evitando o acúmulo desnecessário de materiais e o desperdício de recursos.

6.3.3. Economicamente, o pregão eletrônico se destaca como modalidade mais eficiente para a aquisição de bens comuns, promovendo maior transparência, celeridade e economia, em consonância com os princípios estabelecidos na Lei nº 14.133/2021. A utilização do critério de menor preço por item favorece a obtenção da proposta mais vantajosa, sem prejuízo da qualidade e da regularidade do fornecimento.

6.4. Indicação de marca

6.4.1. A especificação da marca referente ao item de número oitenta e seis (86) — Fralda Geriátrica da marca Bigfral, embalagem contendo sete unidades, linha Derma Plus, tamanho extra grande — constante na tabela do item 1.1 do Termo de Referência nº 162/2025, relacionado ao presente processo de aquisição, encontra-se devidamente justificada em razão da decisão judicial proferida no âmbito do Processo nº 5011486-80.2017.4.04.7200. Tal fundamentação está devidamente evidenciada no Anexo I do referido Termo de Referência.

6.5. Tratamento diferenciado para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte

6.5.1. Considerando que o valor estimado individual de cada item da presente contratação se enquadra no limite legal para a participação exclusiva, a licitação será destinada exclusivamente à participação de Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedores Individuais (MEI).

6.5.2. Esta decisão está fundamentada no artigo 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, que estabelece a obrigatoriedade de realizar processo licitatório exclusivo para MPEs nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais). A aplicação deste tratamento diferenciado visa à promoção do desenvolvimento econômico e social regional, à ampliação da eficiência das políticas públicas e ao incentivo à inovação tecnológica, conforme disposto no artigo 47 da referida Lei Complementar.

6.5.3. Adicionalmente, a opção pelo parcelamento do objeto em itens individualizados, conforme justificado no item 9.1.2.2. deste Estudo Técnico Preliminar, alinha-se a essa diretriz ao possibilitar a participação de empresas especializadas em produtos específicos, incluindo microempresas e empresas de pequeno porte. Essa abordagem não apenas fomenta a concorrência, mas também garante a obtenção de melhores condições de preço e qualidade em itens específicos, evitando a concentração do fornecimento em grandes empresas.

6.5.4. A Administração Pública atesta que não se aplicam as condições de inaplicabilidade ou impossibilidade previstas no artigo 49 da Lei Complementar nº 123/2006, uma vez que o tratamento diferenciado e simplificado para as MPEs é vantajoso para a Administração e não representa prejuízo ao conjunto ou complexidade do objeto a ser contratado. Pelo contrário, espera-se que essa modalidade amplie a competitividade e garanta a proposta mais vantajosa, conforme os objetivos do processo licitatório.

6.6. Participação de Empresas em Consórcio

6.6.3. Qualquer vedação ou restrição à participação de consórcios, ou à fixação de um limite máximo para o número de empresas consorciadas, deverá ser técnica e expressamente justificada no processo licitatório, em alinhamento com as diretrizes do Instrumento de Padronização da AGU e as recomendações presentes no Relatório de Verificação.

7.1.3. Adicionalmente, todos os históricos de consumo que comprovam a demanda, bem como os documentos que fundamentam a necessidade do serviço solicitado, foram devidamente anexados ao processo, assegurando a transparência, a rastreabilidade e o atendimento aos requisitos legais e normativos.

7.2.3. Dessa forma, a estimativa de quantidades encontra-se devidamente justificada e documentada, em estrita observância aos preceitos estabelecidos no Manual de Contratações Públicas do COMAER e à legislação vigente, assegurando a compatibilidade física e orçamentária da contratação e contribuindo para a adequada prestação dos serviços de saúde pelo Grupo de Saúde de Florianópolis.

8.1.1. A estimativa do valor da contratação foi elaborada em estrita observância ao disposto na Instrução Normativa nº 65, de 7 de julho de 2021, especialmente nos termos do inciso I e III do artigo 5º. Para tanto, foi realizada uma pesquisa de preços abrangente, contemplando diferentes fontes de referência, de modo a assegurar a fidedignidade e a atualidade dos valores considerados. O procedimento adotado compreendeu a coleta de cotações junto a fornecedores especializados, a análise de contratações similares realizadas por órgãos públicos, bem como a consulta a bancos de preços oficiais e a portais eletrônicos de compras governamentais.

8.1.2. A metodologia seguiu os princípios da transparência, economicidade e eficiência, buscando refletir com precisão as condições praticadas pelo mercado para o fornecimento dos materiais ambulatorial e químico demandados pelo Grupo de Saúde de Florianópolis (GSAU-FL). Ressalta-se que, conforme previsto na IN nº 65/2021, a estimativa do valor da contratação está acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, os quais poderão ser mantidos em anexo classificado, caso haja necessidade de preservação do sigilo até a conclusão do certame licitatório.

8.1.3. Para os itens 11, 12, 15, 16, 17, 18, 19, 49, 83, 84, 85, 86 e 99 da pesquisa de preços, a utilização das fontes de pesquisa provenientes de mídias especializadas (Inciso III do Art. 5º da IN SEGES/ME nº 65/2021) encontra-se devidamente justificada no Formulário de Análise Fundamentada da Pesquisa de Preços, anexo ao processo. Essa abordagem, empregada de forma combinada com outros parâmetros quando aplicável, foi crucial para a obtenção das cotações necessárias e para garantir a compatibilidade dos valores com o mercado para esses materiais comuns.

8.2. Valores Praticados

8.2.1. Os valores praticados no mercado foram apurados por meio da sistematização das informações obtidas na pesquisa de preços, cujos resultados encontram-se consolidados nos documentos denominados “Mapa de Preços” e “Pesquisa de Preços”, integrantes deste processo. Estes documentos apresentam, de forma detalhada, os preços unitários referenciais para cada item a ser adquirido, permitindo a comparação entre as diferentes fontes consultadas e a identificação de eventuais variações de mercado.

8.2.2. A análise dos valores coletados levou em consideração fatores como a qualidade dos produtos, as condições de fornecimento, prazos de entrega e demais especificidades inerentes aos segmentos ambulatorial e químico. Tal abordagem visa garantir que a estimativa de valor esteja compatível com a realidade do mercado, evitando tanto a superavaliação quanto a subavaliação dos custos envolvidos na contratação.

8.3. Memória de Cálculo

8.3.1. A memória de cálculo da estimativa do valor da contratação foi devidamente elaborada e anexada ao processo, em conformidade com as exigências normativas. Este documento detalha os critérios utilizados para a definição dos preços referenciais, incluindo a metodologia de cálculo das médias ponderadas, a identificação das fontes consultadas e a justificativa para eventuais ajustes realizados.

8.3.2. Além disso, a memória de cálculo demonstra a compatibilidade física e orçamentária da contratação, evidenciando o alinhamento entre as quantidades estimadas e os valores apurados na pesquisa de mercado.

8.3.3. Dessa forma, a estimativa do valor da contratação está devidamente fundamentada, atendendo aos preceitos da Instrução Normativa nº 65 /2021 e demais normativos aplicáveis, de modo a garantir a adequada instrução do processo e a correta aplicação dos recursos públicos destinados à aquisição de material ambulatorial e químico pelo Grupo de Saúde de Florianópolis (GSAU-FL).

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Justificativa para o parcelamento

9.1.1. A Lei nº 14.133/2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para a Administração Pública, determina, em seu artigo 23, que o parcelamento do objeto deve ser adotado sempre que técnica e economicamente viável, com vistas a ampliar a competitividade e garantir a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração. O §1º do referido artigo orienta que a divisão do objeto em parcelas deve ser preferencialmente realizada, desde que não haja prejuízo à execução do objeto, perda de economia de escala ou aumento de custos administrativos. Ademais, o art. 40, inciso V, alínea “b”, e o art. 47, §1º, da mesma lei, reforçam a necessidade de análise criteriosa quanto à viabilidade do parcelamento, de modo a evitar restrições indevidas à competitividade e assegurar a eficiência do processo licitatório.

9.1.2. Questões Técnicas

9.1.2.1. No contexto da aquisição de materiais de consumo ambulatorial e químico para o Grupo de Saúde de Florianópolis (GSAU-FL), a análise técnica evidenciou que a natureza dos itens demandados é marcadamente heterogênea, abrangendo produtos com finalidades, composições, aplicações e fornecedores distintos, tais como luvas, escovas, agulhas, anestésicos, brocas, fios de sutura, entre outros. Cada item possui especificações técnicas próprias, o que inviabiliza a formação de lotes homogêneos sem que haja risco de restrição à competitividade ou de inclusão de itens sem relação direta entre si.

9.1.2.2. O parcelamento por item, portanto, revela-se imprescindível para garantir a adequada seleção dos fornecedores, possibilitando a participação de empresas especializadas em determinados produtos, inclusive microempresas e empresas de pequeno porte, que não

possuem capacidade operacional para fornecer a totalidade dos itens, mas podem ofertar melhores condições de preço e qualidade em itens específicos. Essa abordagem técnica evita a concentração do fornecimento em grandes empresas e fomenta a participação de um universo mais amplo de fornecedores, promovendo a isonomia e a concorrência.

9.1.2.3. Além disso, a contratação por item facilita a gestão de estoques e logística, permitindo maior flexibilidade nas entregas e reposições, de acordo com as necessidades específicas de cada material. Essa medida contribui para a eficiência administrativa, reduz o risco de desabastecimento e assegura a continuidade dos serviços de enfermagem, uma vez que eventuais problemas no fornecimento de um item não comprometem o abastecimento dos demais.

9.1.3. Questões Econômicas

9.1.3.1. Sob o ponto de vista econômico, o parcelamento por item não compromete a economia de escala, visto que a demanda de cada produto será consolidada para todo o período contratual, permitindo que os fornecedores apresentem propostas competitivas para volumes significativos de cada material. Ademais, a adoção do parcelamento por item não acarreta aumento relevante dos custos administrativos, uma vez que os procedimentos de recebimento, conferência e armazenamento já são realizados individualmente, em razão das especificidades técnicas e de biossegurança dos materiais ambulatorial e químico.

9.1.3.2. A divisão do objeto em itens favorece a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, pois possibilita a seleção, para cada produto, do fornecedor que apresentar as melhores condições de preço, qualidade e prazo, em conformidade com o artigo 11, inciso I, da Lei nº 14.133/2021. Tal prática amplia a competitividade, evita a formação de lotes com itens de naturezas distintas e previne restrições à participação de fornecedores, em especial daqueles que atuam de forma segmentada no mercado.

9.1.3.2. Por fim, ressalta-se que a decisão pelo parcelamento encontra-se devidamente fundamentada na análise técnica das características do objeto e na busca pela proposta mais vantajosa para a Administração, conforme preconiza o §2º do artigo 23 da Lei nº 14.133/2021, não havendo justificativa para a formação de lotes que possam restringir a competitividade ou dificultar a gestão eficiente dos materiais.

9.2. Diante do exposto, a contratação por item revela-se a solução mais adequada, eficiente e vantajosa para o atendimento das necessidades do Grupo de Saúde de Florianópolis, em estrita observância aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade e seleção da proposta mais vantajosa, conforme estabelecido pela Lei nº 14.133/2021. O parcelamento do objeto, além de atender às exigências legais, contribui para a ampliação da competitividade, a racionalização dos processos administrativos e a garantia da continuidade e qualidade dos serviços de enfermagem prestados à população.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. No que tange ao objeto ora em análise, esclarece-se que não existem contratações correlatas ou interdependentes que se façam necessárias à sua plena execução. Ou seja, a aquisição de material de consumo ambulatorial e químico pode ser realizada de forma autônoma, não havendo a necessidade de celebração simultânea de outros contratos para garantir a integralidade, o funcionamento ou a utilidade do objeto principal.

10.2. Além disso, não há contratação sobreposta dos itens elencados nesse processo.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratação Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 00394429000100-0-000028/2025

II) Data de Publicação no PNCP: 15/05/2024

III) Id do item no PCA: 138

IV) Classe/ Grupo: 9999 - itens diversos

V) Identificador da Futura Contratação: 120073-26/2025

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. A contratação de materiais de consumo ambulatorial e químico para o Grupo de Saúde de Florianópolis (GSAU-FL) representa uma medida estratégica e imprescindível para a garantia da continuidade, da qualidade e da eficiência dos serviços de enfermagem prestados à população atendida. A seguir, são detalhados os principais benefícios a serem alcançados com a efetivação deste processo de aquisição:

12.1.1. Garantia da Continuidade e Regularidade dos Serviços de enfermagem

12.1.1.1. A aquisição planejada e tempestiva dos materiais de consumo ambulatorial e químico assegura a manutenção do pleno funcionamento da Seção de enfermagem do GSAU-FL. A regularidade no fornecimento de insumos é fundamental para evitar descontinuidades no atendimento, que poderiam comprometer a saúde dos usuários e gerar impactos negativos à imagem institucional do órgão. Dessa forma, a contratação contribui para a estabilidade operacional e para o cumprimento das metas assistenciais estabelecidas.

12.1.2. Melhoria da Qualidade do Atendimento

12.1.2.1. O acesso contínuo e garantido a materiais ambulatoriais e químicos de qualidade possibilita a realização de procedimentos com maior segurança, precisão e eficácia, elevando o padrão dos serviços oferecidos. A utilização de insumos adequados e dentro do prazo de validade reduz riscos de intercorrências, infecções e falhas técnicas, refletindo diretamente na satisfação dos pacientes e na credibilidade dos profissionais de saúde.

12.1.3. Eficiência na Gestão de Estoques e Recursos

12.1.3.1. Por meio da adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) e do fornecimento parcelado, a Administração poderá realizar aquisições de acordo com a demanda real, evitando o excesso de estoque, o vencimento de materiais e o consequente desperdício de recursos públicos. Essa racionalização contribui para a otimização dos processos logísticos e para a melhor alocação dos recursos orçamentários, em consonância com os princípios da economicidade e da eficiência previstos na Lei nº 14.133/2021.

12.1.4. Atualização Tecnológica e Adoção de Boas Práticas

12.1.4.1. A pesquisa de mercado realizada para a instrução do processo permite o acesso a informações atualizadas sobre as inovações tecnológicas e as melhores práticas do setor ambulatorial. Isso possibilita à Administração selecionar materiais que estejam em conformidade com as exigências técnicas e sanitárias, bem como com as tendências de mercado, promovendo a modernização dos serviços e a adoção de soluções mais eficientes e seguras.

12.1.5. Sustentabilidade e Responsabilidade Social

12.1.5.1. A aquisição planejada e racional dos materiais ambulatoriais e químicos contribui indiretamente para a sustentabilidade, ao evitar desperdícios e promover o uso responsável dos recursos públicos. Além disso, o fornecimento regular de insumos impacta positivamente na saúde coletiva, promovendo bem-estar e qualidade de vida para a comunidade atendida.

12.1.6. Suporte ao Cumprimento das Normas e Diretrizes Institucionais

12.1.6.1. A contratação dos materiais de consumo ambulatorial e químico está alinhada às normas legais e regulamentares vigentes, bem como às diretrizes institucionais do GSAU-FL. O atendimento a essas exigências fortalece a governança institucional, minimiza riscos de responsabilização e contribui para o aprimoramento dos processos internos de gestão.

12.1.7. Valorização dos Profissionais de Saúde

12.1.7.1. Ao garantir a disponibilidade de materiais adequados e em quantidade suficiente, a Administração proporciona melhores condições de trabalho aos profissionais da enfermagem, favorecendo o desempenho de suas atividades com maior segurança, conforto e motivação. Isso se reflete em maior produtividade e aprimoramento dos resultados assistenciais.

12.2. Dessa forma, a contratação ora proposta apresenta benefícios diretos e indiretos que transcendem o simples fornecimento de materiais, impactando positivamente a gestão pública, a qualidade dos serviços de saúde e o bem-estar dos usuários do SISAU atendidos pelo GSAU-FL.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. O processo deve ser conferido e aprovado quanto a sua legalidade pelos órgãos administrativos e jurídicos.

13.2. Os militares designados para o recebimento dos materiais serão instruídos sobre as obrigações da CONTRATADA, obrigações da CONTRATANTE e exigências do Termo de Referência para realizar o correto acompanhamento das aquisições.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. O Licitante deve atentar para as exigências estabelecidas pelo Guia Nacional de Contratações Sustentáveis - 7ª edição OUT/2024, citadas no item 4 desse Estudo.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara viável a contratação de fornecedores para a aquisição de material de consumo ambulatorial e químico para o pleno funcionamento da Seção de enfermagem, material este, essencial aos atendimentos prestados aos usuários do GSAU - FL.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

RAQUEL NOGUEIRA LEITE

Equipe de planejamento

CLAUDIO DE ASSIS MIRANDA JUNIOR

Equipe de planejamento

DOUGLAS CARVALHO VIVAS AMADO

Equipe de planejamento

JOAO PAULO GOMEZ LIMA DA SILVA

Ordenador de Despesas



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	Estudo Técnico Preliminar nº 60/2025
Data/Hora de Criação:	24/10/2025 14:49:43
Páginas do Documento:	10
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	11
Hash MD5:	5fde1c65c500a2652231035db7f9dd56
Verificação de Autenticidade:	https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten RAQUEL NOGUEIRA LEITE no dia 24/10/2025 às 11:59:31 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 2º Ten CLÁUDIO DE ASSIS MIRANDA JÚNIOR no dia 24/10/2025 às 12:01:43 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Suboficial DOUGLAS CARVALHO VIVAS AMADO no dia 24/10/2025 às 12:55:12 no horário oficial de Brasília.

MAER - BASE AEREA DE FLORIANOPOLIS - SC

Ata de Registro de Preços 28/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
28/2025	120073-MAER - BASE AEREA DE FLORIANOPOLIS - SC	RAFAEL RICARDO TASCA	22/10/2025 15:31 (v 0.3)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	26/2025	67272.003944/2025-76

1. DO OBJETO

**MINISTÉRIO DA DEFESA****COMANDO DA AERONÁUTICA****BASE AÉREA DE FLORIANÓPOLIS****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS****N.º 91026.2025**

A Base Aérea de Florianópolis, por meio da Seção de Licitações e Contratos, sediado a Av. Santos Dumont, S/Nº, Tapera inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, neste ato representado(a) pelo(a) (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº de de de 202..., publicada no de de de, portador da matrícula funcional nº, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/202..., publicada no de/...../202....., processo administrativo n.º, RESOLVE registrar os preços da (s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na (s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de material de consumo ambulatorial e químico, com vistas a atender as necessidades da Base Aérea de Florianópolis (BAFL), especificados no Termo de Referência, anexo *do Edital*, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item , fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

- 3.1. 3.1 O órgão gerenciador será a Base Aérea de Florianópolis.
- 3.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (item obrigatório)

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação ou desta contratação direta, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no *edital* e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no *edital*; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do *edital*, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021[A1] ;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.[A1]

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que

tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023[A2] .

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

- 9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- 9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- 9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
- 9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
 - 9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- 9.4.1. Por razão de interesse público;
- 9.4.2 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- 9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no *edital*.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente[A1] após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao *edital*.

11.2. *No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.*

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes:

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

12. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

GRAZIELLE DE OLIVEIRA GRANDO

Chefe da Seção de Obtenções

JOAO PAULO GOMEZ LIMA DA SILVA

Autoridade competente

Modelo da Nota de Empenho

Nota de Empenho

UG Emitente	Nome da UG Emitente	Moeda
120073	BASE AEREA DE FLORIANOPOLIS	REAL - (R\$)

Ano	Tipo	Número
2021	NE	XXX

Célula Orçamentária

Esfera	PTRES	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa	UGR	Plano Interno
X	XXXXX	XXXXXXXXXX	XXXXXX	XXXXXX	A0000XX000

Data de Emissão	Tipo	Processo	Taxa de Câmbio	Valor
XX/XX/2021	Global	67272.00XXXX/20XX-XX	0,0000	XX,XX

Favorecido	Nome do Favorecido
XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX LTDA

Amparo Legal

Código	Modalidade de Licitação	Ato Normativo	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea
XXX	PREGAO	LEI XX.XXX / 20XX	X	-	-	-

Descrição

APL: CONTRATO Nº XX/BAFL/20XX. PAG Nº: XX/BAFL/20XX. XXXXX.
PREGÃO Nº: XX/BAFL/20XX. PROC ORIGEM: 20XXPR000XX.

Local da Entrega

AV. SANTOS DUMONT, S/Nº - TAPERA - FLORIANÓPOLIS - SC - CEP 88049-000

Informação Complementar

XXXXXXXXXXXXXX

Sistema de Origem

COMPASNET-ME

Versão	Data/Hora	Operação
000	03/05/2021 09:56:46	Inclusão

1 de 2

Nota de Empenho

Lista de Itens

Natureza de Despesa

XXXXXX - XXXXXXXX - PESSOA JURIDIC

Total da Lista

XXXX,XX

Subelemento XX - XXXXXXXX XXXXXXXX

Seq.	Descrição	Valor do Item
001	Item compra: 0000X - XXXX/XXXXXXXX	XXX,XX

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
XX/XX/2021	Inclusão	XXXXXX	XX,XX	XXXX,XX

Seq.	Descrição	Valor do Item
002	Item compra: 0000X - XXX/XXXXXX	XXX,XX

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
XX/XX/2021	Inclusão	XXXX	XX,XX	XXX,XX

Versão	Data/Hora	Operação
000	03/05/2021 09:56:46	Inclusão

2 de 2

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 213, de 23 NOV 2023)

Designar os militares, abaixo relacionados, para viajarem à cidade de *Kaunas* - Lituânia, a fim de cumprirem a missão Nº 100/PLAMTAX/DECEA/2023 (ÔNUS) - Participar do FAT (*Factory Acceptance Test*) do Projeto de Desenvolvimento do Sistema LTMPPS (*Long Term Manpower Planning System*); com início previsto para o dia 9 de dezembro do corrente ano e duração de nove dias, incluindo o trânsito, fazendo jus à retribuição no exterior, de acordo com a Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972, regulamentada pelo Decreto nº 71.733, de 18 de janeiro de 1973:

Ten Cel Av DEOCLIDES FERNANDES BARBOSA VIEIRA (CISCEA/3247392); e
1º Ten Eng RODRIGO OLIVEIRA (CISCEA/7439210).

PORTARIA GABAER Nº 1.757/GC4, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2023.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 23 do Anexo I, inciso VI, alínea "h", da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 11.237, de 18 de outubro de 2022, de conformidade com o disposto no inciso VII do art. 1º do Decreto nº 8.798, de 4 de julho de 2016, e considerando o que consta do Processo nº 67600.025020/2023-08, resolve:

Designar os militares, abaixo relacionados, para viajarem à cidade de *Littleton* - Estados Unidos da América, a fim de cumprirem a missão Nº 88/PLAMTAX/DECEA/2023 (ÔNUS) - Atestar a capacidade técnica da empresa *Diamond Antenna & Microwave Corp*; com início previsto para o dia 09 de dezembro do corrente ano e duração de nove dias, incluindo o trânsito, fazendo jus à retribuição no exterior, de acordo com a Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972, regulamentada pelo Decreto nº 71.733, de 18 de janeiro de 1973:

Cap Eng LEANDRO DE CARVALHO MONSORES
(PAME-RJ/4314280); e

Cap Eng LEONARDO CAMARGO DE HOLANDA CAVALCANTI
(PAME-RJ/6478158).

Ten Brig Ar MARCELO KANITZ DAMASCENO
Comandante da Aeronáutica

5 - PAAI - DISPOSIÇÕES

PORTARIA GABAER Nº 623/GC4, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2023.

Dispõe sobre a dosimetria para aplicação de sanções administrativas em Processo Administrativo de Apuração de Irregularidade (PAAI), em caso de descumprimento de cláusula editalícia ou obrigação contratual, por parte do licitante ou contratado, em contratações realizadas com base na Lei nº 14.133/2021, no âmbito do Comando da Aeronáutica (COMAER).

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 213, de 23 NOV 2023)

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, no uso da atribuição que lhe conferem o inciso XIV e o § 1º, ambos do Art. 23 da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 11.237, de 18 de outubro de 2022, tendo em vista o disposto no Decreto nº 10.193, de 27 de dezembro de 2019, e o que consta do Processo nº 67800.002116/2022-52, resolve:

Art. 1º Estabelecer procedimentos, no âmbito do COMAER, para aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, por descumprimento parcial ou total de obrigações contratuais ou por prática de infração prevista na referida Lei, por licitante ou por contratado, no decorrer da licitação, contratação direta ou execução contratual, garantidos os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa.

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 2º Para efeito desta Portaria, equipara-se ao contrato qualquer acordo firmado entre o COMAER e outra pessoa física ou jurídica de direito público ou privado, ainda que não formalizado por instrumento de contrato, que estabeleça obrigações de dar, fazer ou entregar, entre outras admitidas em direito.

Art. 3º Na apuração dos fatos de que trata a presente Portaria, a Administração atuará com base na boa-fé, assegurando ao licitante ou ao contratado o contraditório e a ampla defesa, o direito de juntar os meios de provas necessários a sua defesa, podendo, inclusive, requerer diligências.

Art. 4º A Administração formará sua convicção com base na livre apreciação dos fatos e condutas praticadas, devendo, quando necessário, promover diligências para a apuração da veracidade das informações e provas apresentadas pela defesa.

Art. 5º Esta Portaria visa dar transparência à dosimetria sancionatória, além de limitar a subjetividade no julgamento da infração, por meio da estipulação de critérios objetivos de graduação das sanções previstas, de modo a conferir segurança jurídica tanto para regulados quanto para reguladores, bem como garantir que as decisões de natureza sancionatória adotadas pela Autoridade sejam efetivas, isonômicas, transparentes, objetivas e consistentes.

CAPÍTULO II DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 6º Nas licitações ou nos processos de contratação direta realizados no âmbito do COMAER é obrigatória a instauração de procedimento administrativo para aplicação das sanções cabíveis quando constatada a prática injustificada das seguintes condutas:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 213, de 23 NOV 2023)

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação, ou da contratação, sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; e

XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

§ 1º Considera-se como conduta do inciso II o inadimplemento grave ou inescusável de obrigação assumida pelo contratado, consoante acepções a seguir:

I - grave dano à Administração, entendida como lesão significativa, que afete o patrimônio da Administração ou os serviços administrativos;

II - grave dano ao funcionamento dos serviços públicos, entendida como falha no cumprimento da obrigação, pelo contratado, que concorra para a interrupção, mau funcionamento ou reflexos quanto à disponibilidade de serviços públicos, não se configurando em defeito de pequena relevância;

III - grave dano ao interesse coletivo, entendida como evento, decorrente de ação ou inação do contratado, apto a gerar danos a um número indeterminado de pessoas que se encontram em situação equivalente, a exemplo das hipóteses de inobservância de parâmetros técnicos ou de segurança.

§ 2º Consideram-se como condutas do inciso IV, sem prejuízo de outras que venham a ser verificadas no decorrer da licitação, da contratação direta ou da execução contratual:

I - deixar de entregar documentação exigida no instrumento convocatório;

II - entregar documentação em manifesta desconformidade com as exigências do instrumento convocatório;

III - fazer entrega parcial de documentação exigida no instrumento convocatório; e

IV - deixar de entregar documentação complementar exigida pelo agente ou pela comissão de contratação, necessária para a comprovação de veracidade e/ou autenticidade de documentação exigida no edital de licitação.

§ 3º Consideram-se como condutas do inciso V, sem prejuízo de outras que venham a ser verificadas:

I - deixar de atender a convocações do agente ou da comissão de contratação durante o trâmite do certame ou atendê-las de forma insatisfatória;

II - deixar de encaminhar ou encaminhar em manifesta desconformidade com o instrumento convocatório as amostras solicitadas pelo agente ou pela comissão de contratação;

III - abandonar o certame; e

IV - solicitar a desclassificação após a abertura da sessão do certame.

§ 4º Considera-se como conduta do inciso VII o atraso que importe em consequências graves para o cumprimento das obrigações contratuais.

§ 5º Considera-se como conduta do inciso X, sem prejuízo de outras que venham a ser verificadas no decorrer da licitação, da contratação direta ou da execução contratual, a conduta intencional de tentar enganar ou corromper a Administração, ou quaisquer de seus agentes, para obter vantagem indevida.

Art. 7º Após transcorridas todas as etapas do PAAI, em razão do conhecimento de descumprimento de cláusula editalícia, inadimplência ou descumprimento de obrigação contratual

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 213, de 23 NOV 2023)

por parte de licitante, fornecedor ou contratado do COMAER, a autoridade instauradora do referido processo deverá decidir, motivadamente, sobre a aplicação ou não de sanção e, em caso positivo, sobre a sanção administrativa que melhor se adeque à situação apresentada, conforme critérios para a dosimetria estabelecidos nesta Portaria.

Parágrafo Único. Não se consubstanciam em sanções previstas na presente Portaria as disposições concernentes ao Instrumento de Medição de Resultados ou à remuneração variável, vinculada ao desempenho do contratado, com base em metas, padrões de qualidade, critérios de sustentabilidade ambiental ou prazos de entrega definidos no edital de licitação ou no contrato, com a especificação objetiva dos níveis de qualidade esperados e as respectivas adequações de pagamento.

Art. 8º Os licitantes ou os contratados que incidirem nas condutas definidas no art. 6º desta Portaria, descumprindo, total ou parcialmente, obrigações previamente estabelecidas, ficarão sujeitos às seguintes sanções:

- I - advertência;
- II – multa compensatória;
- III – multa moratória;
- IV - impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Federal; e
- V - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§ 1º Para a aplicação de sanções administrativas devem ser considerados:

- I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II - as peculiaridades do caso concreto;
- III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV - os danos que da infração provierem para a Administração Pública;
- V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 2º A aplicação de quaisquer sanções elencadas no caput não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração.

CAPÍTULO III DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Seção I Da advertência

Art. 9º A advertência é a sanção administrativa reservada exclusivamente quando o contratado der causa à inexecução parcial, desde que não cause dano à Administração, ou seja, quando infringir, pela primeira vez, obrigações afetas à entrega e substituição de bens ou de nota fiscal com incorreção, descumprimento de cláusulas contratuais, ou ainda, pelo não cumprimento de orientações do fiscal ou membro da comissão fiscalizadora de contrato.

Art. 10. A advertência deverá ser proposta quando não se justificar a imposição de sanção mais grave e não poderá ser aplicada em caso de reincidência na mesma espécie de descumprimento.

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 213, de 23 NOV 2023)

Seção II Da multa

Art. 11. A multa de que trata o inciso II do art. 156 da Lei nº 14.133/2021 poderá incidir em quaisquer das infrações previstas no art. 6º desta Portaria, podendo ser combinada com as demais sanções administrativas previstas nos incisos I, III e IV do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser moratória e/ou compensatória.

Art. 12. O valor total da multa aplicada não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta, considerando-se neste caso, a multa moratória e compensatória aplicadas concomitantemente.

§ 1º Para a aplicação de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

Art. 13. A Unidade Gestora (UG) sancionadora deverá notificar o contratado acerca da decisão final, a qual contemplará as razões e sanções, bem como o valor da multa, se for o caso.

Art. 14. Os procedimentos de cobrança, parcelamento, atualização e suspensão de cobrança da multa estão previstos no Manual Eletrônico de Contratações Públicas do Comando da Aeronáutica (Manual I) do RADA-e.

Subseção I Da multa compensatória

Art. 15. A multa compensatória possui um caráter indenizatório e será calculada na forma do edital ou do contrato, estabelecidos parâmetros proporcionais às infrações.

§ 1º O percentual da multa a ser aplicado dependerá da dimensão dos danos causados, respeitados os limites de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta. Não havendo danos, e não sendo cabível a advertência, ou sendo esses de difícil quantificação, poderão ser utilizados os parâmetros indicados nesta Portaria.

§ 2º No caso de condutas tipificadas nos incisos IV e V do art. 6º desta Portaria, poderá ser aplicada multa de 0,5% (cinco décimos por cento), por ocorrência.

§ 3º No caso de condutas tipificadas no inciso VI do art. 6º desta Portaria, poderá ser aplicada multa de 2% (dois por cento), por ocorrência.

§ 4º No caso de condutas tipificadas nos incisos I, VIII e XII do art. 6º desta Portaria, poderá ser aplicada multa de 5% (cinco por cento), por ocorrência.

§ 5º No caso de condutas tipificadas nos incisos II, III, IX, X e XI do art. 6º desta Portaria, poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento), por ocorrência.

§ 6º No caso de condutas tipificadas no inciso VII do art. 6º desta Portaria, poderá ser aplicada a multa de 2% (dois por cento), sem prejuízo do previsto nos dispositivos seguintes.

Art. 16. Nos casos em que os danos causados à Administração possam ser quantificados preliminarmente à publicação do edital, caberá ao Ordenador de Despesas justificar a adoção de parâmetro específico de aplicação de multa para a contratação, diferente dos acima sugeridos.

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 213, de 23 NOV 2023)

Subseção II
Da multa moratória

Art. 17. A multa moratória possui efeito persuasório, com o objetivo de estimular o contratado a cumprir a obrigação avençada. No caso de condutas tipificadas no inciso VII do art. 6º desta Portaria, especificamente quando ensejar o retardamento da execução em obras, serviços de engenharia e serviços contínuos, em relação ao prazo de execução das etapas previstas no cronograma físico-financeiro, poderá(ão) ser aplicada(s) multa(s) calculada(s) com base na seguinte fórmula:

I - $M = (C/T) \times N \times F$, sendo:

- a) M = valor da multa;
- b) C = valor correspondente à fase, etapa ou parcela do serviço em atraso;
- c) T = prazo constante no cronograma físico-financeiro, para a execução da fase, etapa ou parcela do serviço, em dias úteis;
- d) N = período de atraso em dias corridos; e
- e) F = fator progressivo de correção por dia de atraso.

II - o fator progressivo de correção (F) é obtido conforme a Tabela 1.

Tabela 1 - Fator progressivo de correção por dia de atraso

PERÍODO DE ATRASO (DIAS CORRIDOS)	F
Até 10 dias	0,03
De 11 a 20 dias	0,06
De 21 a 30 dias	0,09
De 31 a 40 dias	0,12
Acima de 40 dias	0,15

§1º Caso o valor da multa calculada de acordo com a fórmula constante do caput deste artigo não alcance o mínimo previsto no caput do art. 12 desta Portaria, deve-se afastar o valor apurado mediante fórmula e aplicar a multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

Art. 18. No caso de condutas tipificadas no inciso VII do art. 6º, exceto nos casos previstos no art. 14, ambos desta Portaria, poderá(ão) ser aplicada(s) multa(s), de acordo com a faixa que abranger o período de atraso, conforme abaixo:

I - atraso até o 3º (terceiro) dia, multa de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta;

II - atraso entre o 4º (quarto) até o 30º (trigésimo) dia, multa de 0,2% (dois décimos por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta, por dia corrido de atraso; e

III - atraso entre o 31º (trigésimo primeiro) até o 60º (sexagésimo) dia, inclusive, multa de 0,4% (quatro décimos por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta, por dia corrido de atraso.

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 213, de 23 NOV 2023)

Art. 19. Em se tratando de compras/obras ou serviços de engenharia, prestação de serviços de conservação e limpeza ou qualquer outro serviço contínuo, o atraso superior a 60 (sessenta) dias corridos será considerado como inexecução total do contrato.

Seção III

Do impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Federal

Art. 20. O impedimento de licitar e contratar, nos termos do inciso III, do art. 156, da Lei nº 14.133/2021 será aplicado com a seguinte gradação:

I - por até 30 (trinta) dias:

- a) no descumprimento do prazo fixado para adoção de medidas corretivas, quando da aplicação da sanção de advertência; e
- b) na perturbação de qualquer ato da sessão pública da licitação.

II - por até 3 (três) meses:

- a) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- b) na arguição da inexequibilidade dos próprios preços ofertados; e
- c) na falta de apresentação de amostra no prazo determinado, quando houver previsão no edital da licitação.

III - por até 6 (seis) meses:

- a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- b) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- c) na falta de apresentação de garantia contratual, nos termos do edital da licitação ou da dispensa e inexigibilidade;
- d) na reincidência da prática de ilícito sancionável na forma dos incisos I e II, em prazo inferior a 24 (vinte e quatro) meses;
- e) na aplicação da segunda sanção administrativa de multa no mesmo PAG;
- f) na aplicação de duas sanções administrativas de advertência e uma de multa, no âmbito do contrato, no prazo de 12 (doze) meses, sem que o contratado tenha adotado as medidas corretivas no prazo determinado pela Administração; e
- g) na aplicação de duas sanções administrativas de multa no âmbito do contrato, no prazo de 12 (doze) meses, sem que o contratado tenha adotado as medidas corretivas no prazo determinado pela Administração.

IV - por até 12 (doze) meses:

- a) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- b) quando o contratado não quitar/saldar a multa no prazo estabelecido, nas situações em que não for possível descontar o seu valor da garantia ou dos créditos decorrentes de parcelas executadas; e
- c) na reincidência de prática de inadimplemento sancionável na forma do inciso III, em prazo inferior a 36 (trinta e seis) meses.

V - por até 24 (vinte e quatro) meses:

- a) na paralisação do serviço, da obra ou do fornecimento de bens sem justo motivo e sem prévia comunicação à Administração;
- b) dar causa à inexecução total do contrato; e

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 213, de 23 NOV 2023)

c) na reincidência da prática de inadimplemento sancionável na forma do inciso IV deste item, em prazo inferior a 48 (quarenta e oito) meses.

VI - por até 36 (trinta e seis) meses:

a) dar causa à inexecução total do contrato que ocasione grave dano à Administração ou paralisação de serviços públicos ou ao interesse coletivo.

Art. 21. Para efeito do disposto nesta Portaria, a aplicação da sanção administrativa de impedimento de licitar e contratar impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública Federal direta e indireta, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

§ 1º O impedimento de licitar e contratar só produz efeitos para o futuro, sem interferir nos contratos já existentes e em andamento.

Seção IV

Da declaração de inidoneidade

Art. 22. As hipóteses de cabimento específicas para a imposição da declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são as previstas nos incisos VIII a XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, ou ainda na ocorrência das infrações administrativas previstas nos incisos II a VII do art. 155 da mesma Lei, que justifiquem a imposição de sanção mais grave que o impedimento de licitar e contratar.

§ 1º O PAAI que, eventualmente, concluir pela aplicação da declaração de inidoneidade, será encaminhado ao Ministro de Estado da Defesa, via cadeia de comando, após análise jurídica da Consultoria Jurídica-Adjunta do Comando da Aeronáutica (COJAER), em face da competência exclusiva de aplicação da sanção.

§ 2º Os critérios para a declaração de inidoneidade serão definidos pelo Ministro de Estado da Defesa.

3º A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 4º No ato de declaração de inidoneidade, a UG que sugerir a aplicação da sanção deverá indicar no respectivo PAAI, para fim de reabilitação do sancionado, o valor a ser ressarcido, com os acréscimos legais devidos e as eventuais obrigações.

CAPÍTULO IV

DO PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO

Art. 23. Da aplicação da sanção, caberá pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado pelo sancionado perante a própria autoridade que aplicou a sanção, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento, consoante art. 167 da Lei nº 14.133/2021, possuindo efeito suspensivo até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 213, de 23 NOV 2023)

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 24. As disposições concernentes à instrução processual do PAAI, inclusive pedido de reconsideração da aplicação da sanção, estão descritos no Manual Eletrônico de Contratações Públicas do Comando da Aeronáutica, anexo I do RADA-e.

Art. 25. A Administração deverá providenciar os registros das sanções nos cadastros pertinentes previstos no Manual Eletrônico de Contratações Públicas do Comando da Aeronáutica, anexo I do RADA-e, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção.

Art. 26. Esta Portaria deverá ser referenciada nas minutas dos editais de licitações, nas minutas de termos de contrato e nos avisos de contratação direta, em todos os processos administrativos de contratação abertos a partir do início da sua vigência, bem como deverá ser disponibilizada para consulta aos interessados, em local de fácil acesso.

Art. 27. Os regramentos previstos na presente Portaria referem-se às contratações realizadas com base na Lei nº 14.133/2021.

§ 1º As disposições desta Portaria estarão válidas até superveniência de Regulamentação Federal sobre o tema, ocasião na qual a Portaria em tela será reeditada.

§2º Os atos previstos como infrações administrativas que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

Art. 28. As contratações realizadas com base na Lei nº 8.666/1993, na Lei nº 10.520/2002 e na Lei nº 12.462/2011 deverão seguir estritamente o previsto na ICA 12-23.

Art. 29. As situações não previstas nesta Portaria serão submetidas à apreciação do Sr. Comandante da Aeronáutica, por proposição da Secretaria de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica (SEFA).

Art. 30. Esta Portaria entrará em vigor no dia 1º de dezembro de 2023.

Ten Brig Ar MARCELO KANITZ DAMASCENO
Comandante da Aeronáutica

6 - PORTARIA - DISPOSIÇÕES

PORTARIA GABAER Nº 620/GC4, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2023.

Autoriza o recebimento, por transferência de responsabilidade administrativa, de imóveis da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO) para o Comando da Aeronáutica (COMAER).



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	EDITAL E SEUS ANEXOS
Data/Hora de Criação:	31/10/2025 11:46:29
Páginas do Documento:	108
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	109
Hash MD5:	d8d8fa4746482600e2df325c278b0a35
Verificação de Autenticidade:	https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 2º Ten CAUÊ FERNANDO RIZZO RAMOS no dia 03/11/2025 às 15:15:57 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cap SERGIO LUIZ MENDES PENNER no dia 24/11/2025 às 14:31:25 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cel JOÃO PAULO GOMEZ LIMA DA SILVA no dia 26/11/2025 às 21:25:21 no horário oficial de Brasília.